



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MARIANA DAVI FERREIRA

**Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de
Comércio dos Povos (ALBA-TCP) : perspectivas e desafios do
ciclo do regionalismo pós-liberal na América Latina**

**JOÃO PESSOA – PB
2013**

MARIANA DAVI FERREIRA

**Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de
Comércio dos Povos (ALBA-TCP) : perspectivas e desafios do
ciclo do regionalismo pós-liberal na América Latina**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau Bacharel(a) em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Giuliana Dias Vieira

JOÃO PESSOA – PB
2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL CAMPUS V – UEPB

F383a

Ferreira, Mariana Davi.

Aliança Bolivariana dos Povos de Nossa América - Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP): perspectivas e desafios do ciclo do regionalismo pós-liberal na América Latina / Mariana Davi Ferreira. – 2013.

74f. : il. color

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, Curso de Relações Internacionais, 2013.

“Orientação: Profa. Dra. Giuliana Dias Vieira, Curso de Relações Internacionais”.

1. ALBA. 2. Relações internacionais - América Latina. 3. Regionalismo pós-liberal. I. Título.

21. ed. CDD 327.8

MARIANA DAVI FERREIRA

**Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio
dos Povos (ALBA-TCP) : perspectivas e desafios do ciclo do regionalismo
pós-liberal na América Latina**

Monografia apresentada ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Estadual
Paraíba.

Aprovada em 04/09/2013.



Professor(a) Giuliana Dias Vieira / UEPB
Orientador(a)



Professor(a) Filipe Reis Melo / UEPB
Examinador(a)



Professor(a) José Heleno Rotta / UFCG
Examinador(a)

DEDICATÓRIA

Ao Comandante Hugo Chávez (1954 – 2013), pelo empenho na construção da unidade e autonomia de *Nuestra América*.

Nós, latino-americanos

*Somos todos irmãos
mas não porque tenhamos
a mesma mãe e o mesmo pai:
temos é o mesmo parceiro
que nos trai. Somos todos irmãos
não porque dividamos
o mesmo teto e a mesma mesa:
divisamos a mesma espada
sobre nossa cabeça.*

*Somos todos irmãos
não porque tenhamos
o mesmo braço, o mesmo sobrenome:
temos um mesmo trajeto
de sanha e fome. Somos todos irmãos
não porque seja o mesmo sangue
que no corpo levamos:
o que é o mesmo é o modo
como o derramamos.*

Ferreira Gullar

AGRADECIMENTOS

É uma tarefa difícil agradecer a todos e a todas que, de formas diferentes, estiveram ao meu lado no processo de conclusão desse ciclo da minha vida.

Agradeço, em primeiro lugar à minha mainha, Jordeana, por se fazer presente em todos os momentos deste percurso, com muito amor, companheirismo, firmeza e carinho. Por me inspirar, como mulher, mãe, professora e militante, e me ajudar no despertar sobre a necessidade da luta para a construção de um mundo novo. Pelos comentários e críticas relevantes que abriram meus olhos para muitas lacunas deste trabalho, compreendendo esta etapa como primeiro passo de um longo caminho que vem pela frente, me estimulando sempre.

À painho, pelo incentivo, pelo carinho, pela força, pelas músicas tocadas com tanto amor e talento que fazem bem aos meus ouvidos e ao meu coração, pelo exemplo de ser humano no qual me inspiro cotidianamente, pelo amor singular, pelo apoio inesgotável e por acreditar em mim, mesmo diante dos percalços do caminho.

À minha irmã, Alice, pela cumplicidade singela e pelo amor.

Ao meu irmão João Mário, que mesmo de longe, se fez presente de forma especial e singular no processo de construção desse projeto e nas demais dimensões da minha vida. Desde as discussões iniciais, dos momentos místicos em nossas viagens, da bravura enquanto “iniciantes” nos congressos e das preocupações e inquietações compartilhadas sobre o rumo da nossa América Latina.

Ao companheiro Lucas, pelo amor, pelo carinho, pelo companheirismo, pelo apoio nessa trajetória e pelos momentos vividos no período que compartilhamos juntos.

À Maria Eduarda, Clareanna, Rebeca, Iuri, Carlos (Bola), Camillo César e Lizi que tanto me aconselharam, acreditaram e contribuíram de diferentes formas para a conclusão deste projeto.

Agradeço especialmente à Nayanna, pelo compartilhar cotidiano desse percurso dentro e fora da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), pelo companheirismo, pelo incentivo e contribuição na conclusão desse trabalho e pelo apoio incondicional nas diferentes esferas da minha vida.

Às queridas Emília, Susi Anny, Elida, Raissa, Kiune e Leydianne, presentes que ganhei na convivência da Universidade Federal da Paraíba, que me acompanharam de

diferentes formas no caminhar deste trabalho e sempre se fizeram presentes, com amor, preocupação, carinho e alegria.

À Janaynna Marrocos, pelo compartilhar da esperança de um mundo novo, pelo ombro amigo, pelo amor, que mesmo com os percalços da vida cotidiana, solidificam nossa amizade.

Às companheiras e aos companheiros do Levante Popular da Juventude e da Consulta Popular, por me possibilitarem participar da construção coletiva de um novo projeto de sociedade classista, revolucionário, popular e internacionalista, pela força, pelo carinho e pela compreensão da ausência desse período. Em especial, às/aos companheiras/os Marcos Freitas, Paulo Henrique, Cinthia, Tita, Felipe Baunilha, Dorinha, Deco, Lizi e Letícia Carvalho.

À professora Giuliana, pela relação de companheirismo e horizontalidade estabelecida entre nós, por acreditar no meu projeto e me incentivar a construí-lo, com as orientações, compreensão e dedicação.

Aos professores do curso de Relações Internacionais, em especial, ao professor Heleno Rotta, que me abriu os olhos para a importância do ensino crítico nas relações internacionais, voltado para a transformação da realidade, e para a riqueza da nossa América Latina, como pelas importantes indicações para construção deste trabalho.

Aos funcionários da Universidade Estadual da Paraíba, com os quais pude contar durante essa trajetória, em especial Kaline Barbosa pela dedicação, paciência e alegria.

Aos meus amigos da vida toda, que mesmo com a distância se fazem presente, Alisson, Iuri, Iramaya, Arthur, Iale, Andrielly e Érica.

Aqueles que fizeram meus primeiros anos de universidade mais felizes, com muito amor e carinho, e que me fazem bem até hoje, Haula, Hugo, Luciana e Rebeca.

Aos companheiros de classe que me acompanharam depois da mudança de turno, em especial Daniella, Nillo, Pietro, Grazielle, Rafael e Felipe, pelos momentos de amizade, de companheirismo e de apoio.

RESUMO

No limiar do século XXI, o cenário político latino-americano passa por mudanças pujantes, diante da emergência de governos de esquerda, que configuram uma reorientação no perfil da política externa dos países da região e, conseqüentemente, uma releitura dos modelos integrativos. Percebe-se, assim, um processo de esgotamento do ciclo do regionalismo aberto, vigente na América Latina na década de 1990, que possui cunho eminentemente econômico, a partir do questionamento da sua viabilidade para fomentar uma integração que corrobore com os reais interesses dos Estados da região. Emerge, assim, o paradigma do regionalismo pós-liberal, que visualiza a integração como instrumento viabilizador do desenvolvimento da América Latina, a partir do retorno da centralidade do Estado interventor e distanciamento das políticas neoliberais. O regionalismo pós-liberal prevê a busca pela redução das assimetrias entre os Estados, tendo maior foco na agenda política. Tal paradigma se expressa na Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA), processo integrativo protagonizado pela Venezuela. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar as possibilidades e desafios para esse novo paradigma integrativo na região, a partir do estudo do caso da ALBA. A pesquisa se realizará pela análise documental e produção bibliográfica que verse sobre o fenômeno do regionalismo e as relações internacionais latino-americanas.

PALAVRAS-CHAVE: ALBA. Regionalismo pós-liberal. América Latina.

RESUMEN

En el umbral del siglo XXI, el panorama político de América Latina sufre cambios vigorosos, con la aparición de gobiernos de izquierda, lo que se constituye como una reorientación del perfil de la política exterior de los países de la región y, en consecuencia, produce una nueva lectura sobre los modelos de integración. Es posible percibir, por tanto, el agotamiento del ciclo del regionalismo abierto, que ganó espacio en América Latina en la década de 1990 y que tiene carácter eminentemente económico, por medio del cuestionamiento sobre la viabilidad de fomentar una integración que tenga la intención de corroborar con los intereses reales de los Estados de la región. Emerge así el paradigma del regionalismo post-liberal, que considera la integración como un instrumento de desarrollo en América Latina, por medio del regreso de la centralidad del Estado interviniente y del alejamiento de las políticas neoliberales. El regionalismo post-liberal sugiere la búsqueda de la reducción de las disparidades entre los Estados, con mayor énfasis en la agenda política. Este paradigma se expresa en la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra (ALBA), que es el proceso de integración liderado por Venezuela. En consecuencia, el objetivo de este trabajo es analizar las posibilidades y los retos de este nuevo paradigma de integración en la región, a partir del estudio de caso del ALBA. La investigación se realizará por medio del análisis documental y de la producción de literatura que aborda el fenómeno del regionalismo y las relaciones internacionales en América Latina.

PALABRAS-CLAVE: ALBA. Regionalismo post-liberal. América Latina.

LISTA DE SIGLAS

ALALC	Associação de Livre Comércio da América Latina
ALADI	Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração
ALBA	Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BRICS	Brasil com a Rússia, China, Índia e África do Sul
CAN	Comunidade Andina das Nações
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBAS	Fórum de Diálogo Trilateral Índia, Brasil e África do Sul
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TLC	Tratados de Livre Comércio
TCP	Tratado de Comércio dos Povos
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. AMÉRICA LATINA: <i>pelo que foi e contra o que foi anuncia o que será</i>	17
1.1 Elementos da formação sócio-histórica da América Latina	19
1.2 Transformações contemporâneas do cenário político latino-americano	32
2. CICLOS DE REGIONALISMO NA AMÉRICA LATINA: o regionalismo pós-liberal em formação	37
2.1 Ciclos de regionalismo na América Latina: breve retrospectiva histórica	37
2.2 Crise do regionalismo aberto e emergência do regionalismo pós-liberal	45
3. A ALIANÇA BOLIVARIANA PARA OS POVOS DE NOSSA AMÉRICA – TRATADO DE COMÉRCIO DOS POVOS (ALBA-TCP): uma expressão do regionalismo pós-liberal?	54
3.1 A ALBA-TCP como expressão da política externa venezuelana	54
3.2 ALBA-TCP enquanto processo integrativo de cunho pós-liberal: possibilidades, desafios e limites.	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	72

INTRODUÇÃO

A América Latina é uma região marcada por uma série de particularidades que lhe atribuem uma identidade singular. O compartilhamento de um passado comum de colonização e exploração hispânico-lusitana, inglesa e estadunidense confere aos atuais Estados latino-americanos uma série de desafios comuns a serem enfrentados na contemporaneidade. Nesse sentido, o atual cenário na região demonstra que alguns dos Estados latino-americanos têm se esforçado para buscar soluções de maneira conjunta para estes problemas comuns, por meio de processos de integração regional. Como cita Eduardo Galeano:

Os fantasmas de todas as revoluções estranguladas ou traídas, ao longo da torturada história latino-americana, emergem nas novas experiências, assim como os tempos presentes, pressentidos e engendrados pelas contradições do passado. A história é um profeta com o olhar voltado para trás: pelo que foi e contra o que foi, anuncia o que será (GALEANO, 2010, p. 25).

O regionalismo consiste num processo que se faz presente em diversos momentos da história das relações internacionais latino-americanas, a partir de diferentes arranjos integrativos. Desde o século XIX, com o pan-americanismo, levantando inicialmente por Simon Bolívar na busca pela união dos países hispano-americanos, o espírito integracionista permeia a região. Já no século XX, surgiram tentativas de arranjos que buscavam a integração da economia dos Estados latino-americanos à economia capitalista, como a Associação de Livre Comércio da América Latina (ALALC), na década de 1960 e a Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração (ALADI), na década de 1980.

No início da década de 1990, a ordem internacional passa por uma série de transformações significativas e, assim, com a intensificação dos processos globalizantes, a integração regional ganha um novo impulso. Nesse contexto, o regionalismo adquire maior centralidade na produção teórica das relações internacionais, diante da sua relevância na configuração do sistema internacional. Neste cenário, na América Latina, entra em curso a conformação de blocos regionais, em um ciclo denominado como regionalismo aberto, cujo cerne é a integração de cunho eminentemente econômico, com base na implementação de políticas neoliberais, orientadas pelo Consenso de Washington, que priorizam a liberalização comercial por meio da abertura dos mercados latino-americanos. Esse ciclo pode ser representado pelo Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), pela Comunidade Andina das Nações (CAN), pelo Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e pela tentativa de consolidação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Entre o final do século XX e a primeira década do século XXI, o cenário político latino-americano passa por mudanças, a partir da emergência de governos de esquerda na região, que configuram uma reorientação no perfil da política externa desses países e, conseqüentemente, uma releitura dos modelos integrativos na América Latina. Percebe-se, assim, um processo de enfraquecimento do ciclo do regionalismo aberto na América Latina, a partir do questionamento da sua viabilidade.

A partir da crítica ao regionalismo vigente anteriormente na América Latina, emerge o paradigma denominado de regionalismo pós-liberal. Esse novo paradigma prioriza a agenda política e a busca pela autonomia da região, acompanhando o retorno da centralidade do Estado interventor e, por conseguinte, o distanciamento das políticas neoliberais. O regionalismo pós-liberal se expressa na Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA), processo de integração em curso na região, protagonizado pela Venezuela. A ALBA surge em oposição à ALCA e objetiva promover o desenvolvimento conjunto dos Estados-membros. Apesar de ter se firmado como um novo paradigma regionalista, arranjos regionais pós-liberais ainda convivem com tratados de livre comércio (TLC) na região.

Tendo em vista a importância desta problemática, percebe-se a necessidade de discutir esses processos em curso na realidade latino-americana no âmbito das Relações Internacionais, campo no qual esta temática não tem recebido a atenção devida. Nesse sentido, tendo em vista que os processos de regionalismo se configuram como um importante tema na história da política internacional latino-americana, despertou-se o interesse de aproximar-se desta temática para compreender as particularidades que caracterizam os processos integrativos na América Latina. Diante disso, torna-se fundamental a compreensão das singularidades do ciclo de regionalismo em construção no cenário contemporâneo das relações internacionais latino-americanas, uma vez que este passa por um processo de reordenamento. Assim, o presente trabalho foi desenvolvido como Trabalho de Conclusão de Curso, mas também como fruto das atividades realizadas no projeto de pesquisa “Cooperação internacional e integração latino-americana: novos paradigmas?”, desenvolvido pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), entre agosto de 2012 e agosto de 2013. Através desta monografia, buscar-se-á contribuir para o debate teórico acerca da integração regional latino-americana, tema intrínseco ao campo das Relações Internacionais, apreendendo as contradições deste processo. Tema este que merece uma maior atenção no processo de formação dos profissionais desta área.

Destarte, o presente trabalho tem como objetivo compreender o desenvolvimento do ciclo do regionalismo pós-liberal na América Latina, a partir da análise da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA – TPC). Para tanto, analisar-se-á a reconfiguração política das relações internacionais latino-americanas e o regionalismo pós-liberal enquanto um dos elementos que emerge entre as demais mudanças em curso na região.

Para apreensão da problemática, recorreremos ao método crítico dialético, que nos permitiu a apreensão do objeto nas suas múltiplas determinações, assimilando seus determinantes e suas contradições. A pesquisa em questão consistiu num estudo exploratório, a partir da investigação bibliográfica, abordando teóricos fundamentais para discussão sobre a formação sócio-histórica da América Latina e seus processos de regionalismo. Também se realizou investigação documental, na busca por uma maior apreensão da configuração político-institucional da ALBA-TCP.

Nesta perspectiva, o presente trabalho está seccionado em três capítulos, além das considerações finais. No primeiro capítulo serão retomados alguns elementos da formação sócio-histórica da América Latina, com o objetivo de fundamentar as bases sobre as quais os regionalismos latino-americanos se ergueram, buscando entender como os elementos constitutivos da região influenciaram no processo de reordenamento em curso na região contemporaneamente. Nesse capítulo serão analisadas, ainda, as transformações das relações internacionais latino-americanas, a partir da emergência de líderes de esquerda na região e da mudança no perfil da política externa dos Estados latino-americanos, assim como a configuração de novos perfis de processos integrativos e o surgimento de diferentes atores que vêm ganhando importância na política internacional da América Latina, a exemplo dos movimentos sociais.

No segundo capítulo apresentar-se-á, brevemente, os ciclos de regionalismo que foram construídos ao longo da história da América Latina, com o objetivo de demonstrar como os arranjos regionais representam um elemento de destaque nas relações entre os Estados latino-americanos. O foco deste capítulo está na caracterização do ciclo de regionalismo pós-liberal, em formação na América Latina. Para tal, analisaremos o momento histórico de descenso do regionalismo aberto e emergência do regionalismo pós-liberal, com base nas reflexões dos principais estudiosos das relações internacionais, que vem se debruçando na tentativa de definir este novo ciclo de regionalismo.

Já no terceiro capítulo, será realizada a análise da ALBA-TCP enquanto processo integrativo de cunho pós-liberal, a fim de revelar como este ciclo de regionalismo vem

constituindo-se na América Latina. Tal capítulo tem como objetivo demonstrar até que ponto a ALBA se encaixa no ciclo do regionalismo pós-liberal, indicando suas possibilidades, dificuldades, limites e possíveis contribuições para o fortalecimento da América Latina no cenário internacional.

Por fim, nas considerações finais, serão apresentados alguns apontamentos de como a ALBA-TCP assinala para a construção de alternativas de integração regional no cenário político latino-americano. Neste sentido, a partir da análise realizada neste trabalho, reitera-se a necessidade de novos estudos para maior aproximação com a temática no campo teórico das relações internacionais.

1 AMÉRICA LATINA: *pelo que foi e contra o que foi anuncia o que será*

O presente capítulo aborda os principais elementos constitutivos da formação sócio-histórica da sociedade latino-americana. Tal reflexão proporcionará uma visão estrutural, para melhor compreensão da emergência do novo ciclo de regionalismo na América Latina, contemporaneamente, o paradigma do regionalismo pós-liberal.

A América Latina é uma região demarcada por particularidades decorrentes da sua formação sócio-histórica, que leva ao compartilhamento de uma série de aspectos, que indicam a possibilidade da construção de uma identidade latino-americana e uma série de tentativas de processos integrativos na história da região. Desde a tentativa de Simon Bolívar de unir as antigas colônias hispânicas no século XIX, passando pela Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e Comunidade do Caribe (CARICOM) na segunda metade do século XX, até os processos mais recentes como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a Comunidade Andina das Nações (CAN – antigo Pacto Andino), Sistema da Integração Centro-Americana (SICA) e atualmente a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado Comercial dos Povos (ALBA-TPC) – é possível identificar várias tentativas de cooperação internacional e de integração regional.

A América Latina corresponde, geopoliticamente, a uma região com cerca de 700 milhões de habitantes e possui doze países da América do Sul, sete países da América Central e quatorze países do Caribe. Todos os Estados latino-americanos estão localizados abaixo do Rio Grande, que separa o território dos Estados Unidos e do México. Ao todo, os Estados latino-americanos possuem o espanhol, o português e o inglês como idiomas principais, além de diferentes línguas indígenas (SOUZA, 2011).

O conceito de América Latina surgiu, inicialmente, em referência aos Estados frutos da colonização hispânica. Souza (2011) ressalta que na origem do termo, no século XIX, a literatura que utilizava o conceito, o fazia, conferindo um espectro negativo e discriminatório sobre a região, no que tange à cultura, ao povo e à identidade. “Tal postura, aliada ao não reconhecimento da identidade da região pelas nações colonizadoras era visto como um problema por parte de intelectuais nacionalistas” (SOUZA, 2011, p. 31).

O Brasil, Estado que fora colônia portuguesa, inicialmente não era incluído na denominação da América Latina, em grande parte, por não compartilhar da mesma língua que os países da América Espanhola e por ter passado por um processo de colonização que possui diferenças. Entretanto, a partir de meados da década de 1920, quando o termo “*Latin*

America”¹ tornou-se usual, principalmente pelos teóricos estadunidenses para referir-se a região, o Brasil passa a ser inserido na denominação, ou seja, enquanto pertencente à “*Latin America*”².

Souza (2011) refere-se à emergência de uma literatura crítica ao sentido preliminar dado ao conceito América Latina. “Uma eminente reação do negativismo da ideia de América Latina introduzida pela literatura dominante começa a ser quebrada a partir dos escritos em defesa da região por teóricos regionalistas” (SOUZA, 2011, p. 34). A referência contemporânea que temos do conceito de América Latina - enquanto possível unidade de autonomia - a partir de líderes e estudiosos latino-americanos, como Simon Bolívar, José Martí, Bernal-Meza, Eduardo Galeano e outros, surge posteriormente. Acerca deste processo de reflexão e produção própria sobre a região, Bernal-Meza destaca:

La búsqueda de una mirada propia sobre las cuestiones sociales se remonta a la confrontación ‘europeísmo-americanismo’: el debate por la imposición de una determinada forma de concebir la identidad y construir la historia sobre perspectivas regionales. Se trata de un ‘pensamiento latinoamericano’, donde a través de ensayos sobre nuestro continente o sobre algunas de sus regiones, los autores, desde los distintos géneros literarios hasta las diversas expresiones de las ciencias sociales, buscan ‘una mirada propia sobre lo propio’; expresándolas en escuelas y corrientes, que manejaron categorías y conceptos que se hicieron comunes e identificaron a sus pares [...] (BERNAL-MEZA, 2005, p. 31).

Destarte, os estudiosos da América Latina - que Souza (2011) denomina como regionalistas - constroem uma leitura sobre o conceito que busca legitimar a existência de uma identidade latino-americana. Para tal, esses estudiosos buscam nos acontecimentos históricos o que haveria de comum aos Estados da América Latina. Tal debate sobre a

¹ Segundo Celso Furtado “a expressão América Latina, criada pelos Estados Unidos durante muito tempo foi utilizada apenas com um sentido geográfico, para designar os países situados ao sul do Rio Grande. Longe de interessar-se pelo que existia de comum entre elas, as nações surgidas nas terras de colonização ibérica das Américas procuravam dar ênfase ao que era traço próprio de cada uma, num esforço de definição das personalidades nacionais respectivas” (FURTADO, 1969, p. 19).

² Já na análise de Souza “[...] o uso do termo ‘*Latin America*’ em quase todo o século XX, na América do Norte assinalou segundo Feres (2004), três tipos de oposições assimétricas no campo semântico do conceito: 1) na oposição assimétrica cultural ocorrida quando a *Latin America* era definida pela falta ou negação dos hábitos, costumes ou intitulações atribuídos ao Eu coletivo Americano. Contexto em que a América se imagina como protestante universalista e democrática, enquanto a *Latin America* é imaginado como o outro católico, particularista e autoritária; 2) na oposição assimétrica temporal -, que ocorrera quando a *Latin America* era definida pela falta de sincronia com o presente histórico e do Eu histórico Americano, por incapacidade histórica. Neste caso, enquanto a autoimagem americana se propunha moderna, progressista e desenvolvida como um agente de sua própria história, a *Latin America* era definida como primitiva, tradicional, atrasada e subdesenvolvida e, 3) na oposição assimétrica racial – que ocorria quando o Outro era definido pela falta ou incompletude das características físicas ou psicológicas do Eu. Contexto que a América se definia como branca e anglo-saxônica e a *Latin America* era definida como uma região de não brancos e mestiços” (SOUZAa, 2011, p. 33-4).

existência ou não de uma identidade latino-americana coaduna com o debate teórico sobre a viabilidade de uma integração da América Latina. Como exemplo desse debate em torno do conceito de América Latina, Alvarez (2010) ressalta:

Assim, ao final do século XIX, surgiram duas concepções claramente antagônicas: de um lado, a de José Martí, que, com a expressão *Nuestra América* afirmava haver diferença entre a América dos países que ficam ao sul do Rio Grande e a América dos norte-americanos e, de outro, a protagonizada pelos Estados Unidos, que, conhecida por pan-americanismo, visava à integração de todos os países da América (ALVAREZ, 2010, p. 04).

Nas Relações Internacionais, os estudos que se debruçam sobre os ciclos de regionalismo, contemporaneamente, tendem a considerar maior viabilidade no recorte geopolítico da América do Sul, tendo em vista as dificuldades presentes frente à maior extensão territorial e, por consequência, as diferenças que se aprofundam ao tratarmos da América Latina. Neste sentido, não há um consenso acadêmico sobre a viabilidade do regionalismo latino-americano, estando em pauta o debate acerca das terminologias América do Sul e América Latina nos estudos das Relações Internacionais³.

Neste trabalho, diante do objeto de estudo que se configura na Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA - TCP), procedeu-se a opção analítica sobre o recorte geopolítico da América Latina, tendo em vista que a ALBA-TCP abrange países da América do Sul, da América Central e do Caribe, configurando-se como um processo integrativo da América Latina⁴.

Assim, neste capítulo primeiramente retomaremos, de maneira sucinta, os principais elementos da formação sócio-histórica da América Latina (1.1), com o objetivo de compreender a estrutura política, econômica e social sobre a qual emerge, hodiernamente, as transformações no cenário das relações internacionais latino-americanas. Posteriormente, serão tratadas as mudanças que, no limiar do século XXI, promoveram o processo de reordenamento da política internacional na América Latina (1.2).

1.1 Elementos da formação sócio-histórica da América Latina

³ Para debate mais aprofundado sobre o histórico das relações internacionais latino-americanas ver Cerro, Amado Luiz. *Relações Internacionais da América Latina; Velhos e Novos Paradigmas*. São Paulo: Saraiva, 2007.

⁴ No decorrer deste trabalho, usaremos o termo América Latina em referência aos Estados que compõem a América do Sul, América Central e o Caribe, ou seja, todos os países da região americana, que se situam ao sul do Rio Grande, no México.

A colonização da América Latina configurou-se como uma etapa da acumulação primitiva do capital. Neste processo, a partir dos Estados nacionais europeus em formação, a colonização deu-se mediante o financiamento das grandes navegações, que buscavam a expansão territorial e comercial e a formação de um mercado mundial para o fluxo de mercadorias da indústria europeia, também em formação. Marx (2002) expõe de maneira objetiva - no capítulo XXIV d'O Capital - A chamada acumulação primitiva - o papel essencial da colonização do “Novo Mundo” para a consolidação do modo de produção capitalista por meio da acumulação primitiva:

[...] As descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista. Estes processos idílicos são fatores fundamentais da acumulação primitiva (MARX, 2002, p. 684).

Assim, para este autor:

O sistema colonial fez prosperar o comércio e a navegação. As sociedades dotadas de monopólio, de que já falava Lutero, eram poderosas alavancas de concentração do capital. As colônias asseguravam mercado às manufaturas em expansão e, graças ao monopólio, uma acumulação acelerada. As riquezas apresadas fora da Europa, pela pilhagem, escravização e massacre refluíram para a metrópole, onde se transformaram em capital (MARX, 2002, p. 867).

Desse modo, o processo de colonização do território que hoje conforma a América Latina, através do processo violento de expropriação das riquezas, por meio da rapina, da violência, da usurpação e da espoliação, contribuiu para a consolidação do modo de produção capitalista, por meio da acumulação primitiva do capital. Nesta perspectiva, Galeano indica que “a economia colonial mais abastecedora do que consumidora, estruturou-se em razão das necessidades do mercado europeu e do seu serviço” (2010, p. 48).

Dáí em diante, o que se iniciou com a exploração de minas e extermínio dos grupos originários, configurou-se como um processo de exploração da América Latina desenvolvido historicamente como uma continuidade. Segundo Celso Furtado:

Os traços essenciais do que seria a estrutura social dos países latino-americanos têm sua origem na forma mesma que tomou a conquista espanhola e nas instituições que, espanhóis e portugueses, implantaram para criar uma base econômica capaz de consolidar a conquista das novas terras (FURTADO, 1969, p. 28).

Esse processo resultou numa identidade latino-americana contemporânea que remonta a uma forte herança comum dos tempos de colonização e de posteriores formas de exploração

do subcontinente. Por isso, faz necessário retomar tais acontecimentos históricos, para possibilitar a compreensão da formação da terminologia América Latina e, a partir desta reflexão, vislumbrar como os processos ocorridos neste continente dão sentido à possibilidade de uma integração desta região.

Nesta perspectiva, a colonização da América Latina foi protagonizada, inicialmente, por Espanha e Portugal, os primeiros Estados europeus a financiarem as grandes navegações, desde o século XV. Neste processo de acumulação primitiva, o objetivo primordial era explorar as fontes de riquezas do “Novo Mundo” para garantia dos interesses dos Estados nacionais europeus e da burguesia em formação. A conquista precede a colonização, já que a exploração precede qualquer tentativa de formação de núcleos de organização social nas terras do “Novo Mundo”.

O que define a América Latina como uma unidade geográfica no planeta é a sua condição histórica de *colônia de exploração*. Desde o século XVI, o continente se especializou na produção de artigos primários que se adequasse à cesta de consumo, primeiramente das metrópoles e, posteriormente, dos países que ocupassem posições centrais na divisão internacional do trabalho. Assim, as jazidas abundantes de minerais preciosos, as vastas extensões de terras férteis, os pastos e litorais propícios à caça e à pesca, foram direcionados, nos últimos quinhentos anos, predominantemente ao suprimento das necessidades do mercado externo, em quantidade e peso (MENDONÇA & PIRES, 2012, p. 19).

Segundo Mendonça e Pires (2012), desde 1383 o Estado português já investia na busca por novos territórios, tendo o pioneirismo na exploração do “Novo Mundo”, por meio da comercialização da cana de açúcar, que era uma especiaria em alta no mercado europeu. No que tange ao posicionamento do Estado português frente à descoberta do “Novo Mundo”, Celso Furtado sintetiza as seguintes reflexões:

Ao contrário das Índias orientais, que produziam artigos de grande valor por unidade de peso, como as especiarias e os tecidos finos, nas Américas os conquistadores nada descobriram que pudesse ser objeto de um lucrativo comércio. Os portugueses, que nos primeiros dois séculos do período colonial não encontraram metais preciosos nas terras que ocuparam, tentaram romper esse impasse implantando uma agricultura tropical, com base na experiência que haviam obtido nas ilhas do Atlântico a partir de meados do século XV. Havendo encontrado uma população rarefeita e inapta para o árduo trabalho das plantações de cana-de-açúcar, os portugueses decidiram-se pela transplantação de mão-de-obra africana, o que exigiu importantes inversões e limitou a ação privada a grupos capazes de mobilizar recursos financeiros relativamente vultosos. Daí haver a ação dos portugueses assumido mais a forma de uma ‘colonização’ do que de uma ‘conquista’, e que as estruturas sociais que criaram apresentassem, na sua fase inicial, características próprias (FURTADO, 1969, p.32).

Por não terem obtido de início acesso às jazidas de minério como os espanhóis nas terras americanas, a colonização portuguesa na costa do Atlântico Sul baseou-se na

agricultura tropical, por meio do modelo plantagem, que prevê emprego de mão de obra escrava, latifúndio e monocultura açucareira. Importante frisar que após o declínio da mineração como forma de exploração hegemônica da Espanha nos territórios americanos, o modelo português de plantagem passa a ser adotado pela colonização espanhola.

Somente a produção de um artigo tão procurado na Europa quanto o açúcar, cujo valor agregado compensava os riscos e os custos do transporte oceânico, poderia proporcionar os lucros necessários para a defesa e manutenção das terras brasileiras. Foi na reorganização das técnicas de plantio de cana de açúcar e na produção em larga escala que os portugueses criaram um modelo novo de colonização: a plantagem (*plantation*) (MENDONÇA & PIRES, 2012, p. 39-40).

Mesmo que posterior a Portugal, após a unificação do Estado espanhol, este iniciou o financiamento das grandes navegações na busca por matéria-prima e minérios. Na busca de encontrar o caminho para as Índias, Cristóvão Colombo, em sua expedição em 1492 e, posteriormente Vasco da Gama, em 1498, acabam garantindo à Espanha, inicialmente, o domínio sobre um território americano muito mais vasto que o conquistado por Portugal. Outra diferença entre o início da colonização portuguesa e a espanhola foi o imediato descobrimento de imensas jazidas de minérios pelos espanhóis, o que possibilitou a exploração de metais preciosos por meio da escravização da população indígena nativa por um longo período e, posteriormente, o emprego da mão de obra escrava africana.

Na colonização espanhola, após o período de conquista no qual predominava a exploração dos metais, estabeleceu-se a exploração da mão de obra dos povos originários, que exigiu a formação de uma estrutura organizativa ligada à Coroa espanhola. Mendonça e Pires (2012) destacam que a partir de 1509, nos territórios sob colonização espanhola se conformou a *encomienda*, um sistema que garantia o controle total da Coroa espanhola sobre a exploração das riquezas do território americano. A *encomienda* configurava

uma conjugação dos costumes espanhóis da época da Reconquista, com práticas de cobrança de tributos comuns entre os povos pré-colombianos. Na América, a *encomienda* constituía uma concessão real aos conquistadores, pela qual a Coroa adjudicava-lhes certo número de aldeias e índios que deveriam ser catequizados e protegidos. Ao *encomendero* era permitido exigir trabalho dos indígenas (*encomienda de servicios*), bem como a entrega de gêneros (*encomienda de tributos*) (MENDONÇA & PIRES, 2012, p. 64).

O processo de povoamento da América Espanhola ocorreu em consequência das necessidades geradas pelos polos de extração de minério, principalmente Potosí, na atual Bolívia e Huancavelica, no Peru. Assim, as áreas de extração de minério foram espaços que compuseram os polos de crescimento da América Espanhola, já que demandavam o

fornecimento de alimentos, tecidos e animais de tração. Essa demanda era respondida pela composição de economias satélites, que giravam em torno das necessidades das áreas de extração de minério (MENDONÇA & PIRES, 2012, p. 66).

Nesse sentido, a conquista que se iniciou com base exclusivamente na exploração de minérios para a acumulação primitiva de capital conformou economias satélites, que após a decadência da mineração, tornaram-se a base econômica e de organização social da América Espanhola.

Acima destacamos, brevemente, alguns traços que caracterizaram a colonização hispano-lusitana do território, hoje, latino-americano. Entre esses traços de exploração, destaca-se a destruição da cultura e grande parte do legado dos povos indígenas, a partir de sua escravização e apropriação de suas riquezas. Posteriormente, com o extermínio em massa das populações indígenas, os colonizadores passaram a empregar a mão de obra advinda do tráfico negreiro, que ocorria na costa do Atlântico da África. A convivência entre a figura do colonizador, do escravo africano e do indígena, predominantemente na colonização lusitana, resultou em um elemento destacado por Darcy Ribeiro (2006)⁵ em suas análises sobre o processo de colonização brasileira: a mestiçagem. Destacamos este aspecto como elemento importante que perpassa a formação sócio-histórica da América Latina e influi no processo de construção da sociabilidade da era colonial, mas não o consideramos aqui, enquanto elemento determinante e estruturante na formação da organização social das colônias latino-americanas.

O elemento determinante na constituição da organização social das colônias latino-americanas foi o papel que estas cumpriram no processo de acumulação primitiva do capital, para consolidação do modo de produção capitalista. Neste sentido, Florestan Fernandes destaca:

À semelhança de outras nações das Américas, as nações latino-americanas são produtos da 'expansão da civilização ocidental', isto é, de um tipo moderno de colonialismo organizado e sistemático. Esse colonialismo teve seu início com a 'conquista' – espanhola e portuguesa – e adquiriu uma forma mais complexa após a emancipação nacional daqueles países (FERNANDES, 1998, p. 95).

⁵ Darcy Ribeiro (2006) constrói uma argumentação em torno da mestiçagem, como elemento central na colonização brasileira. O autor explica inicialmente, o elemento do *cunhadismo*, pelo qual os portugueses adentravam nos espaços de sociabilidade dos indígenas. "A instituição social que possibilitou a formação do povo brasileiro foi o cunhadismo, velho uso indígena de incorporar estranhos à sua comunidade. Assim que ele a assumisse, estabelecia, automaticamente, mil laços que o aparentavam com todos os membros do grupo" (RIBEIRO, 2006, p. 72). Assim, a partir das relações sexuais inter-raciais gerava a população mestiça que viria a compor o povo brasileiro. Em outra citação Darcy Ribeiro cita que os iberos "desenbarcavam sempre desabusados, acesos e atentos aos mundos novos, querendo fluí-los, recriá-los, convertê-los e mesclar-se racialmente com eles. Multiplicaram-se, em consequência, prodigiosamente, fecundando ventres nativos e criando novos gêneros humanos" (RIBEIRO, 2006, p. 60).

A organização social das colônias hispânico-lusitanas se conformava em torno do Pacto Colonial estabelecido, que previa a estrutura econômica primário-exportadora nas colônias, das quais as produções eram voltadas para abastecer as metrópoles, com baixos custos; e de volta, as colônias compravam a preços mais altos os produtos manufaturados produzidos nas metrópoles europeias. Assim, desde o Pacto Colonial, as relações estabelecidas entre América Latina e os demais Estados do globo configuraram-se como assimétricas. Segundo Florestan Fernandes (1998), o período de colonização da América Latina configurou-se como a primeira fase de dominação externa da região, a etapa do colonialismo⁶. Para o autor, existiram fundamentos legais e políticos para a dominação colonial. Esses fundamentos exigiram o estabelecimento de uma ordem social na qual os interesses que vigoravam eram o da figura do colonizador e, principalmente, da Coroa, sem considerar as particularidades e outras demandas da região. Essa fase de dominação externa só foi possível a partir da transplantação dos padrões ibéricos de estrutura social, junto à exploração da mão de obra indígena e, posteriormente, do tráfico negreiro. Configurando, assim, a sociedade colonial que possibilitou iniciar o processo de dominação externa na América Latina (FERNANDES, 1998).

Nessa perspectiva, nas colônias latino-americanas e nos posteriores Estados nacionais, que se formaram após os processos de independência da região, predominava uma organização social que conservava a centralização do poder e da riqueza, sempre com a presença da dominação externa. Tal organização social mantinha as seguintes características, descritas por Florestan Fernandes (1998):

[...] uma organização aristocrática, oligárquica e plutocrática da sociedade sempre concentrou extremamente a riqueza, o prestígio social e o poder em alguns estratos privilegiados. Em consequência, a institucionalização política do poder era realizada com a exclusão permanente do povo e o sacrifício consciente de um estilo

⁶ Florestan Fernandes no texto *Padrões de dominação externa na América Latina (1998)* categoriza quatro fases e formas de dominação externa na América Latina. A primeira fase de dominação corresponde ao *antigo sistema colonial*, no qual predominava os interesses do colonizador e das coroas ibéricas, a partir da exploração ilimitada das riquezas da região. O *neocolonialismo* corresponde à segunda fase de dominação externa da América Latina, no período pós-independência das colônias latino-americanas e formação dos Estados nacionais. Nessa fase, a dominação externa se dava de maneira indireta, porque a dominação se limitava ao controle de mercado dos processos econômicos. A terceira fase de dominação externa é denominada por Florestan como *imperialismo restrito*, e historicamente se inicia na segunda metade do século XIX, quando o capitalismo dependente se insere como realidade concreta no subcontinente latino-americano, já que a influência externa extrapola o campo meramente econômico e passa a influenciar nas esferas sociais, culturais e políticas dos Estados. E, por fim, a quarta fase da dominação externa corresponde ao *imperialismo total* ou *novo imperialismo*, a partir da expansão das grandes empresas corporativas na América Latina, com a composição do capitalismo monopolista. Nesse momento, a dominação externa se concebe de forma mais complexa e profunda, já que há um controle interno das economias dependentes pelos interesses externos. Nesse processo, o imperialismo total é exercido na América Latina, representando principalmente os interesses dos Estados Unidos, enquanto potência hegemônica, para a região.

democrático de vida. A integração nacional, como fonte de transformações revolucionárias e de desenvolvimento, econômico, sociocultural e político, tornou-se impossível. Os interesses particulares das camadas privilegiadas, em todas as situações, podiam ser tratados facilmente como ‘os interesses supremos da nação’ estabelecendo uma conexão estrutural interna para as piores manipulações do exterior (FERNANDES, 1998, p. 95).

Assim, a sociedade que se compôs após o processo de independência das colônias latino-americanas conservou relações de dependência, ou seja, as relações de dominação externa sobre a região se perpetuaram. Nesse processo de independência das colônias latino-americanas pesam dois fatores determinantes: o expansionismo de Napoleão e o fortalecimento da Inglaterra, enquanto potência industrial do século XIX, por meio da Revolução Industrial. O primeiro deles se refere ao período das guerras napoleônicas que enfrentavam as metrópoles ibéricas, ou seja, Portugal e Espanha. O enfraquecimento das relações de dominação das metrópoles para com suas respectivas colônias possui ligação direta com a desestabilidade vivida por Espanha e Portugal, por estarem envolvidas nas guerras napoleônicas. Acerca deste processo, Celso Furtado ressalta:

Aberto o processo das guerras napoleônicas, o isolamento da Espanha e a rápida penetração colonial inglesa criaram situações de difícil reversibilidade, ao instalarem-se governos locais autônomos em distintas regiões. Na maioria dos casos, esses governos nasceram de situações em que não havia qualquer hostilidade com a Metrópole, então ocupada pelos franceses. Entretanto a dinâmica mesmo do processo levaria à ruptura, a qual em certos casos tomaria a forma de luta cruel e prolongada em razão da obstinação com que os espanhóis pretenderam restaurar uma situação que de fato há muito desaparecera (FURTADO, 1969, p. 42-3).

O segundo fator, referente ao crescimento da Inglaterra, enquanto potência industrial acaba sendo determinante no desmantelamento da relação entre as metrópoles ibéricas e as colônias latino-americanas, impulsionando os processos de independência e, em consequência, formação dos Estados Nacionais. Neste sentido, o desenvolvimento do potencial industrial inglês interferiu na América Latina, pela busca do país europeu por formação de mercados nas antigas colônias.⁷ Neste sentido, podemos visualizar que neste processo de dominação externa (FERNANDES, 1998), o neocolonialismo, que agora se configura como imperialismo, deixa de ser espanhol e português e passa a ser protagonizado pela Inglaterra, no século XIX, na busca por mercados para escoar sua produção, já que este era o país protagonista da Revolução Industrial. Em síntese, Ruy Mauro Marini afirma:

⁷ As novas condições criadas pelo avanço da Revolução Industrial na Inglaterra e pelo controle progressivo que este país pode exercer sobre os transportes marítimos teriam que resultar em uma política de portos abertos em todo o continente americano, política esta incompatível com o tipo de relações que prevaleciam entre a Espanha e suas colônias (FURTADO, 1969, p. 43). Sobre o domínio inglês sobre as técnicas de transporte naval e demais tecnologias ver *Formação Econômica da América Latina (1969)* de Celso Furtado.

La decadencia de los países ibéricos, que se posesionan primero de los territorios americanos, engendra en estas situaciones conflictivas, resultantes de los avances que sobre ellos intentan las demás potencias europeas. Mas es Inglaterra, mediante la dominación, que acaba por imponer a Portugal y España, la que predomina finalmente en el control y en la explotación de los mismos (MARINI, 1970, p. 03).

Em relação à independência brasileira, é importante destacar as particularidades deste processo, que também possuiu influência dos interesses comerciais ingleses. Com a fuga da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, quando Napoleão ameaçava invadir Portugal devido a sua estreita relação com a Inglaterra – maior adversária política e econômica da França napoleônica, a coroa portuguesa se instalou em terras brasileiras. Fugindo das tropas napoleônicas e com apoio da Inglaterra, instituiu-se a separação do Brasil de Portugal, que se torna Estado nacional em 1810 e em 1822 é proclamada a sua independência. Dentre as mudanças incorporadas pela Corte na Colônia, destaca-se a abertura dos portos brasileiros, com abatimento tarifário às nações amigas. Tal abertura ocorreu com grandes benefícios para os produtos ingleses, que possuíam taxas reduzidas de impostos, deixando clara a condição de subserviência de Portugal à Inglaterra, que passou a ter acesso ao mercado brasileiro de maneira privilegiada, configurando o imperialismo britânico. Segundo Celso Furtado (1969), a relação de dependência entre Portugal e Inglaterra, que levou a consequente subserviência da colônia portuguesa à Inglaterra, iniciou-se já no século XVIII, gerando uma transferência direta das riquezas das Minas Gerais para os cofres ingleses. Nesse sentido, afirma:

A produção brasileira de ouro, que começou no segundo decênio do século XVIII, imprimiu um grande dinamismo à demanda luso-brasileira de manufaturas, criando possibilidades extraordinárias para os produtores ingleses. Desta forma, o ouro do Brasil encaminhou-se em sua totalidade para a Inglaterra, permitindo que este país acumulasse vultosas reservas internacionais, sem as quais não lhe teria sido fácil enfrentar as guerras napoleônicas. A penetração inglesa no Brasil, se possibilitou a Portugal sobreviver como potência colonial durante o século XVII, preparou a liquidação dos vínculos da Colônia com a Metrópole, cuja posição de entreposto excrescente se fez cada vez mais notória. Transferindo-se a Coroa portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, os interesses ingleses articularam-se diretamente com a Colônia, transformada em sede do império lusitano. Também neste caso o processo seria irreversível, o que em tempo compreendeu a própria Coroa portuguesa, pondo um de seus membros à frente do movimento separatista (FURTADO, 1969, p. 43-4).

Assim, destaca-se a participação protagonista da Inglaterra no processo de independência das colônias latino-americanas, na qual este país passa a desempenhar o papel de explorador, antes desenvolvido pelas metrópoles Espanha e Portugal. Segundo Galeano (2010), a lógica do imperialismo ibérico e depois inglês, desenvolvendo a colonização de exploração, fornecia as bases necessárias para o desenvolvimento industrial europeu e

colocava freios para o desenvolvimento latino-americano. “Ao mesmo tempo, a formidável concentração internacional da riqueza em benefício da Europa impediu, nas regiões saqueadas, o salto para a acumulação do capital industrial” (GALEANO, 2010, p. 47).

A formação dos Estados nacionais latino-americanos constitui consequência dos processos de independência, que na maioria dos lugares, teve forte participação ou apoio da burguesia liberal. Segundo Celso Furtado (1969) a composição dos estados nacionais, na América Latina foi um processo que se deu de maneira acidentada, pois as burguesias liberais que protagonizaram os movimentos de independência não tinham capacidade de organizar sistemas de centralização de poder que se equiparassem a estrutura de poder da Metrópole. Os processos de independência não resultaram em uma ruptura dos processos de dominação, pois o poder deslocava-se para as mãos da burguesia europeizante em formação e para os senhores de terra, que se vinculavam na busca de fortalecer o intercâmbio externo, formando desta maneira os polos de poder dos Estados nacionais. Assim, a independência política dos países da América Latina não foi seguida por independência econômica, já que os grupos locais que detinham o poder continuaram a perpetuar as relações econômicas assimétricas de importação dos manufaturados europeus e exportação de produtos primários da América Latina. As grandes potências econômicas da Europa, com destaque para a Inglaterra, passaram exercer uma forte influência econômica nos Estados latino-americanos.

Observa-se, em linhas gerais, que se formou na América Latina uma elite que foi responsável por promover a independência de seus respectivos territórios frente às metrópoles. Tal elite, aparentemente, mostrava-se vinculada a interesses econômicos estrangeiros, ou seja, os recém-formados Estados latino-americanos tornaram-se independentes politicamente das metrópoles europeias, mas, na mesma medida, viam-se presos a interesses econômicos de outros países europeus, como a Inglaterra. Florestan Fernandes caracteriza este momento: “Durante um curto período, em que os países dominantes possuíam apenas o controle dos processos econômicos, seria possível falar-se em neo-colonialismo. A dominação externa tornou-se largamente indireta” (FERNANDES, 1998, p. 98).

Essa fase de dominação externa foi durou um curto período, substituída pela fase de dominação, denominada por Fernandes (1998) como imperialismo restrito, que coincide com o crescimento do potencial produtivo da economia norte-americana, e conseqüentemente, com os primeiros momentos que resultariam na futura ascensão dos Estados Unidos enquanto potência no cenário internacional. Esse destaque a emergência dos Estados Unidos enquanto potência capitalista está relacionado com a continuidade das relações de dependência

estabelecidas entre a América Latina e o mundo. Isso porque, ao lado dos Estados Unidos, os Estados Unidos passam a ter uma grande influência sobre os países latino-americanos. Em relação à ascensão dos EUA, Ruy Mauro Marini (1970) aponta que:

A partir de 1875, se hacen sentir ciertos cambios en el capitalismo internacional. Nuevas potencias se proyectan hacia el exterior, sobre todo Alemania y Estados Unidos, ya que estos últimos empiezan a desarrollar una política propia en el continente latinoamericano que choca muchas veces con los intereses británicos. En el campo mismo del comercio, la influencia norteamericana es considerable, registrándose en algunos países, principalmente Brasil, la tendencia a desplazar sus exportaciones hacia la nueva potencia (MARINI, 1970, p. 05).

Nesse processo é importante destacar que encontra-se uma grande diferença no processo de independência dos Estados Unidos da América e da América Latina. Esta se viu politicamente liberta, mas economicamente dependente de interesses externos. Enquanto os Estados Unidos tiveram em seu processo de independência não apenas aspectos políticos, mas também econômicos, corroborando com o seu crescimento enquanto potência capitalista. Para compreender as diferenças que assolam os Estados Unidos e os Estados latino-americanos, e como essas diferenças corroboram para o cenário no qual os Estados Unidos consolidam-se como potência, é necessário retomar as diferenças existentes desde os seus processos de colonização. Como dito, o processo de colonização que ocorreu na América desenvolveu-se de maneira heterogênea e esse se torna um dos pontos argumentativos de Eduardo Galeano (2010) para ressaltar a gênese que condicionou o atual sistema de hegemonia estadunidense. Na América Latina consolidou-se o sistema de colonização de exploração, enquanto no território norte-americano consolidou-se a colonização de povoamento.⁸ A ligação pequena entre a metrópole inglesa e a colônia corroborou para a construção de um cenário de autonomia, opondo-se ao sistema colonial existente nas colônias ibéricas, nas quais a metrópole desempenhava um papel de poder e controlava a vida colonial em todas as instâncias.

⁸ Estes dois sistemas opostos de colonização interior mostram uma das diferenças mais importantes entre os modelos de desenvolvimento dos Estados Unidos e da América Latina. Por que o norte é mais rico e o sul mais pobre? [...] As treze colônias do norte tiveram, pode-se bem dizer, a dita da desgraça. Sua experiência histórica mostrou a tremenda importância de não nascer importante. Porque no norte da América não tinha ouro nem prata, nem civilizações indígenas com densas concentrações de população já organizada para o trabalho, nem solos tropicais de fertilidade fabulosa na faixa costeira que os peregrinos ingleses colonizaram. A natureza tinha-se mostrado avara, e também a história: faltavam metais e mão de obra escrava para arrancar metais do ventre da terra. [...] As colônias do norte produziam, em virtude do clima e pelas características dos solos, exatamente o mesmo que a agricultura britânica, ou seja, não ofereciam à metrópole, como adverte Bagú, uma produção complementar. Muito diferente era a situação das Antilhas e das colônias ibéricas de terra firme. [...] Estas circunstâncias explicam a ascensão e a consolidação dos Estados Unidos, como um sistema economicamente autônomo, que não drenava para fora a riqueza gerada em seu seio. Eram muito frouxos os laços que atavam a colônia à metrópole (GALEANO, 2008, p. 94).

Diante das discrepâncias existentes entre os sistemas de colonização acima analisados, constroem-se as bases para o imperialismo estadunidense. O processo de colonização em todo o subcontinente latino-americano foi basicamente estabelecido pela colonização de exploração. Assim, após um longo período no qual a América Latina esteve sob o jugo do continente europeu, o cenário é modificado e a área de influência passa a também ser ambicionada pela política externa dos Estados Unidos.

Assim, após a independência dos Estados Unidos, e seu conseqüente fortalecimento, houve alterações importantes nas relações entre os Estados da América. Surgiu no sistema internacional um Estado que se equiparava aos Estados europeus no sentido de poderio econômico, que poderia ameaçar a hegemonia do sistema de Estados europeus. Essa transformação fica clara na relação de dominação que os Estados Unidos passam a estabelecer com os Estados latino-americanos, disputando a influência até o momento monopolizada pelos Estados europeus, Espanha, Portugal e Inglaterra. A partir de então, o capitalismo dependente passa a ser uma realidade histórica na América Latina e, segundo Fernandes (1998), necessitou do reforço externo das estruturas econômicas arcaicas que fundamentaram a construção dos padrões de dominação externa anteriores: o colonialismo e o neocolonialismo. Ou seja, o imperialismo que passa a ser protagonizado, nesse momento, pelos Estados Unidos também necessitou da preservação do mesmo esquema de exportação-importação, no qual a América Latina continuava a ser produtora, exclusivamente, de matérias primas e bens primários. A diferença é que neste momento não predomina mais o objetivo de transferência imediata da riqueza produzida nas colônias para a metrópole, há um processo de complexificação das relações de dependência e dominação externa com o avanço do capitalismo, gerando a situação na qual a América Latina representa o espaço de predomínio do capitalismo dependente.

Na tentativa de afastamento da influência europeia, principalmente inglesa, os Estados Unidos, com um discurso de segurança, começam a desenvolver uma política de influência sobre todo o continente, legitimada pelo discurso do pan-americanismo⁹. Eduardo Galeano (2010) analisa que a influência estadunidense na América Latina é observada como uma continuação do processo de imperialismo europeu, que se deu a partir do colonialismo hispânico-lusitano e posteriormente com o imperialismo britânico.

⁹ O pan-americanismo, na concepção estadunidense, denomina a política formulada pelos Estados Unidos para a região latino-americana. Ou seja, um projeto no qual os interesses estadunidenses para a região estariam garantidos e seriam legitimados por um discurso de 'América para os Americanos'. Entretanto, com o predomínio dos Estados Unidos sobre os Estados latino-americanos.

Neste sentido, a dominação norte-americana se deu a partir da formulação de uma política própria para a região latino-americana. No século XIX, destaca-se a Doutrina Monroe como elementos que buscavam legitimar no plano do discurso a interferência dos Estados Unidos sobre a América Latina. A Doutrina Monroe foi uma política anunciada em 1823, sob o mandato presidencial de James Monroe, que em troca da não intervenção dos europeus nos Estados da América, o presidente se comprometia em não intervir nas questões europeias. Segundo Karnal (2007) a Doutrina Monroe tem como pressuposto discursivo os Estados Unidos enquanto responsável pela proteção dos Estados de toda a América. Por trás do discurso legitimador da Doutrina Monroe, encontrava-se o objetivo de preservar os interesses comerciais dos Estados Unidos nos mercados da América, em nome da "paz e da liberdade", com a famosa frase "América para os Americanos".

Sobre a política externa estadunidense no final do século XIX um dos momentos mais expressivos foi a I Conferência Internacional Americana (1889-1890), que ocorreu em Washington, com a temática da segurança regional e com o objetivo claro de fomentar as relações comerciais entre os países americanos. A Conferência teve o protagonismo dos interesses estadunidenses, sob pressão das forças nacionais ligadas ao livre comércio, que tinham como objetivo a materialização de um cenário internacional americano cujo controle pertencesse aos Estados Unidos, sendo aprovada no Congresso dos Estados Unidos, em maio de 1888, uma lei para convocação do Congresso (PÁDUA, 2012, p. 23). Assim, no final do século XIX e início do século XX, marca a formulação da política externa dos Estados Unidos para a região latino-americana, denominada de pan-americanismo, que é marcada por uma postura intervencionista na região.

Já no século XX, Fernandes (1998) sintetiza que a dominação externa protagonizada pelos Estados Unidos - com a participação do Japão e demais potências europeias -, em uma fase denominada imperialismo total. Nesse período, há a expansão de empresas corporativas ou monopolistas para países periféricos, entre os quais os Estados latino-americanos estavam incluídos. Por meio da expansão dessas empresas, as grandes potências capitalistas, com destaque para a atuação estadunidense, passam a ter mecanismos de controle dentro dos próprios Estados latino-americanos para colocar seus interesses como prioritários na agenda econômica do país, realizando a dominação externa por um controle interno. Para tal, Estados Unidos e demais potências passam a ocupar o lugar das empresas nativas, impondo seus interesses que representam o capitalismo monopolista em formação. Assim, o imperialismo total exerce a dominação externa pelos diferentes níveis do ordenamento social dos Estados latino-americanos.

Outro exemplo de política própria formulada pelos Estados Unidos visando sua influência sobre os Estados da América Latina, formulada na década de 1930 durante o governo de Roosevelt, foi a Política da Boa Vizinhança. Essa proposta tinha a intenção de abrandar as relações de intervenção dos EUA na região latino-americana.

A Guerra Fria configura o período no qual predominou a bipolaridade no sistema internacional, em que o bloco capitalista é dominado pela potência estadunidense e o bloco socialista pela União Soviética. Nessa configuração do sistema internacional, em 1948, entrou em vigor o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), um Tratado de cunho militar que tinha como objetivo claro impedir a entrada do comunismo nos Estados da região. Tais medidas aumentam o poder dos Estados Unidos e a assimetria das capacidades deste país em relação aos demais Estados latino-americanos, reiterando as relações de dependência da América Latina. A partir desses acontecimentos, fica claro a política intervencionista dos Estados Unidos para a região latino-americana no século XX, que é expressa a partir de tratados e acordos fundados no cenário internacional e que possuem um forte elemento discursivo legitimador, na defesa da “liberdade e segurança da América”.

No final do século XX, a partir principalmente da chamada década perdida (1980)¹⁰, as economias dos países latino-americanos e demais países subdesenvolvidos do mundo foram atingidas mais gravemente, sobretudo em função da crise da dívida. Os Estados Unidos e demais potências capitalistas indicaram uma série de medidas de cunho neoliberal a serem adotadas por esses países para se recuperarem da crise, medidas que compõem o Consenso de Washington¹¹.

¹⁰ Perry Anderson explica como as medidas neoliberais passam a ser implementadas nos Estados da OCDE, a partir da crise de 1973: “A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos, e de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases da acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. Esses processos destruíram os níveis necessários de lucros das empresas e desencadearam processos inflacionários que não podiam deixar de terminar numa crise generalizada das economias de mercado. O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mais parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso, seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com o bem-estar, e a restauração da taxa ‘natural’ de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos” (ANDERSON In SADER 1995, p. 10-1).

¹¹ Sobre as políticas do Consenso de Washington, seguidas pelos países latino-americanos, Ha-Joon Chang argumenta: “Atualmente, os países em desenvolvimento estão sofrendo uma enorme pressão, por parte das nações desenvolvidas e das políticas internacionais de desenvolvimento controladas pelo establishment, para adotar uma série de ‘boas políticas’ e ‘boas instituições’ destinadas a promover o desenvolvimento econômico. Segundo essa agenda, ‘boas’ são as políticas prescritas pelo chamado Consenso de Washington em geral. Entre

A partir da retrospectiva dos elementos da formação sócio-histórica da América Latina, podemos indicar que o processo de exploração e dependência que se iniciou com a colonização hispano-lusitana continua ocorrendo no subcontinente latino-americano. Entretanto, os mecanismos de resistência dos Estados latino-americanos vêm sendo tecidos desde os processos de independência e, contemporaneamente, podem ser visualizados nos processos de integração regional oriundos da reconfiguração política das relações internacionais latino-americanas no limiar do século XXI.

1.2 Transformações contemporâneas do cenário político latino-americano

Desde o fim da Guerra Fria, as mais variadas transformações redefinem profundamente o cenário internacional, sendo os processos decorrentes da globalização os mais decisivos para a definição das relações internacionais na contemporaneidade. As adversidades oriundas destes processos passaram a culminar em movimentos de resistência e transformação política, o que, em grande parte para os Estados latino-americanos, é dado entre meados da década de 1990 e o começo do século XXI, corroborando, conseqüentemente, para a reconfiguração dos projetos políticos para a região. Nesse contexto, a América Latina presencia a emergência de novos perfis de lideranças políticas. Assim, alguns Estados passam a adotar medidas pautadas por uma ideologia de confrontação à ofensiva neoliberal, diante da crise do neoliberalismo hegemônico na região durante a década de 1990.

Dentre as mudanças que marcam o cenário político na América Latina, destaca-se a ascensão de líderes progressistas ao poder, com atuações plurais e diferenciadas. Lideranças como Hugo Chávez na Venezuela, Evo Morales na Bolívia, Rafael Correa no Equador, Néstor Kirchner na Argentina, Bachelet no Chile, Mujica no Uruguai e Lula no Brasil, via democracia, demonstram o questionamento dos ditames neoliberais, hegemônicos na região até o final do século XX. Em relação a essas transformações, Moreira, Quinteros e Silva (2008) analisam que:

Com a crise do neoliberalismo no final dos anos 1990, na esteira das crises econômicas, das dificuldades em avançar nas rodadas de negociação na OMC, na crescente visibilidade do protecionismo dos países centrais, ocorreu a emergência de um novo modelo. Amparado em forças nacionalistas, partidos e movimentos populares e de esquerda, denunciou-se as crises internacionais, unilateralismo norte-americano nas guerras do Afeganistão e do Iraque e o protecionismo dos países

elas figuram políticas macroeconômicas restritivas, a liberalização do comércio internacional e dos investimentos, a privatização e a desregulamentação” (CHANG, 2004, p.11).

ricos. A saída foi aprofundar o processo de integração entre os países latino-americanos, retomar o desenvolvimento com distribuição de renda e inclusão social (MOREIRA & QUINTEROS & SILVA, 2008, p. 378).

Entretanto, esse novo momento político na América Latina não pode ser considerado apenas um esboço da mudança de governos a partir da ascensão de líderes de cunho progressista, mas também uma construção de movimentos sociais e setores da sociedade civil insatisfeita com os resultados sociais das reformas neoliberais capitaneadas pelas políticas do Consenso de Washington e bem recebidas pelos governantes entusiastas do globalitarismo¹² e da ideia de um Estado não interventor na economia. Vale ressaltar que esses movimentos sociais são, em grande parte, a base de sustentação de alguns governos de esquerda ou de centro-esquerda na América Latina nos dias de hoje.

Assim, os Estados da América Latina, diante dessa reorientação política, vêm desempenhando um papel progressivamente mais relevante no cenário internacional, ganhando maior notoriedade. Isso vem ocorrendo, também, devido às posturas diferenciadas dos líderes de Estado da região, dos processos de integração regional que marcam a época e do protagonismo desempenhado por alguns Estados frente às decisões mundiais. Dentre esses governos progressistas, destaca-se a postura de Estados que vêm adotando posicionamentos que os colocam como potenciais lideranças na América Latina: o Brasil e a Venezuela. Analisando a atual conjuntura latino-americana, Sarti (2010) argumenta que:

A atribuição de um papel significativo à América do Sul neste milênio aparece com frequência no debate crítico sobre grandes tendências contemporâneas do sistema global. [...] Embora em chave crítica à generalização das interpretações do sistema mundo, Cox (2009) percebe certo grau de cooperação e harmonia entre Estados, governos e povos numa tendência contra-hegemônica presente nas novas relações da política mundial. O autor credita o potencial revolucionário desse processo não a alguma força social determinada ou a um movimento político específico, mas às lutas nacionais, firmemente apoiadas na solidariedade transnacional como estratégia de construção de força (SARTI, 2010, p. 177).

Nessa perspectiva, podemos indicar que as lideranças políticas dos Estados latino-americanos convergem, conjunturalmente, para a construção de um projeto político que questiona o *status quo* vigente nas relações internacionais e pautam a construção de transformações que proporcionem uma maior autonomia e inserção da América Latina em cenários decisivos do sistema internacional. A legitimidade desse processo político se dá no sentido de que “no projeto de futuro indefinido, o olhar favorável ao continente apoia-se [...]

¹² Conceito que define a globalização enquanto um processo totalitário, definido por Milton Santos (2001).

no reconhecimento de que aqui se trava uma batalha própria por formas alternativas de hegemonia, liderada por governos progressistas” (SARTI, 2010, p. 178).

Essa reconfiguração das relações internacionais entre os Estados latino-americanos é fruto de um passado comum de exploração, que possibilita o compartilhamento de problemáticas comuns a serem enfrentadas no cenário internacional, como citado anteriormente. A subordinação às políticas neoliberais e ao capital financeiro internacional marca a situação de dependência da América Latina, logo, a partir destas orientações, os países dessa região deveriam seguir um trajeto rumo ao desenvolvimento a partir das políticas prescritas pelo Consenso de Washington, na qual os Estados latino-americanos recebem “assistência” das grandes potências, a partir de um modelo tradicional de cooperação internacional, Norte-Sul, verticalizado, que corrobora para a manutenção do *status quo*.

Dentro desse contexto, a América Latina vem construindo arranjos que se configuram como possibilidade de alternativa ao fenômeno liberalizante de uma maneira que ainda se mostra indefinida, mas que está direcionada à busca por autonomia, seja ela de forma associada a outras potências emergentes do século XXI¹³, através da busca de um modelo próprio de desenvolvimento, ou com um direcionamento de enfrentamento mais direto aos interesses do capital internacional¹⁴. Assim, dentro deste reordenamento político latino-americano, promovem-se novos processos de cooperação internacional e novos processos integrativos - que alguns autores consideram ser de caráter contra-hegemônico em relação aos antigos arranjos. Entre os processos integrativos desse momento destacam-se a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA) – que será fruto de nossa análise adiante.

Estas novas iniciativas correspondem, a partir de programas diferentes, ao progressivo desalinhamento sistemático, apontando para o desenvolvimento comum em nível regional. Assim, é possível pensar que é dado o momento em que a América Latina deve assumir os seus desafios concebendo uma *praxis*¹⁵ cada vez mais autônoma e independente.

Esses novos arranjos em nível regional têm sido protagonizados por projetos políticos de Estados que atualmente se colocam enquanto lideranças regionais. Nesses termos, o Brasil,

¹³ Como demonstra a associação do Brasil com a Rússia, China, Índia e África do Sul no BRICS e com a Índia e a África do Sul, no IBAS.

¹⁴ Como representa o projeto político da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA), protagonizado pela política externa da Venezuela, e que surge em oposição à proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), protagonizado pelos interesses comerciais dos Estados Unidos para a região latino-americana.

¹⁵ A *praxis*, definida por Karl Marx enquanto uma teleologia humana. Nesse sentido, demonstrando uma forma de “teleologia” do Estado, este, assim, concebendo a sua própria teoria e prática.

o qual exerce uma liderança pelo peso econômico que é inquestionavelmente determinante na região, e a Venezuela, que assume uma liderança ideológica, definida pelo forte enfrentamento à ofensiva neoliberal no subcontinente latino-americano, mais explicitamente aos Estados Unidos. Sinteticamente, Brasil e Venezuela são os dois Estados que representam projetos políticos diferenciados para a região. Por um lado a UNASUL é, em grande medida, resultado de um desenho geopolítico brasileiro¹⁶. Por outro, a ALBA, que já carrega em sua sigla sua clara contradição em relação ao projeto neoliberal da ALCA, tem a Venezuela enquanto seu epicentro e é resultado da contínua tentativa de construção do “Socialismo do século XXI¹⁷”.

A ALBA se expressa numa política de enfrentamento aos interesses estadunidenses na região, claramente representados pela ALCA. Destarte, os Estados Unidos podem ser utilizados como “termômetro” político na região, dado pela sua histórica influência nas agendas dos países da América Latina. Como cita Bernal-Meza (2008):

Si tenemos en cuenta el marco de interpretación más general que nos ofrece la disciplina de las relaciones internacionales, podemos señalar que el regionalismo en América Latina ha oscilado históricamente entre dos polos: por un lado, mediante el desarrollo de esquemas de integración intra-latinoamericanos sin presencia de los Estados Unidos de América, y por otro, con el establecimiento de ámbitos de cooperación bajo la égida norteamericana (desde el Panamericanismo del siglo XIX al proyecto ALCA de fines del siglo XX) (BERNAL-MEZA; MASERA, 2008, p. 188).

Neste sentido, podemos observar que os laços mantidos, desde meados do século XIX, são dados a partir de elites que têm nos EUA o apoio para a manutenção de seus negócios, como é o caso de antigos setores agroexportadores no Brasil e de *commodities* em todos os países latinos. Dentro deste contexto, nos Estados latino-americanos, na década de 1990, a influência dos Estados Unidos e do capital estrangeiro, em geral, determinava o direcionamento político na região, sempre marcado pela insistente apropriação indébita de recursos e pela crescente desigualdade, desde a utilização inadequada da terra dado a partir do financiamento da monocultura e, como consequência, da manutenção do latifúndio e até na exploração de recursos essenciais a vida, como o caso da água na Bolívia e das papéis na bacia do Prata.

¹⁶ José Antonio Sanahuja: «La construcción de una región: Sudamérica y el regionalismo posliberal» en Manuel Cienfuegos y José Antonio Sanahuja (eds.): Una región en construcción. Unasur y la integración en América del Sur, Fundación CIDOB, Barcelona, 2010, p. 102.

¹⁷ Conceito de redefinição do socialismo que rejeita o autorismo e o centralismo das experiências do socialismo real. Introduzido na América Latina por líderes como Hugo Chávez, Rafael Correa e Evo Morales, busca resolver problemas urgentes como a pobreza, fome, exploração, opressão econômica, racismo, sexismo e a destruição de recursos naturais, partindo da construção de uma democracia planificada (Heinz Dieterich, 2008).

No contexto de influência dos Estados Unidos na América Latina, uma série de acordos bilaterais e de Tratados de Livre-Comércio vinculavam os Estados em acordos com corporações estrangeiras, sendo o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) os principais credores e formuladores de políticas econômicas para a região.

Embora estas medidas sejam utilizadas com frequência na história latino-americana, desde o século XIX, no começo do século XXI ocorre uma mudança paradigmática que questiona o projeto dos Estados Unidos para a América Latina. De forma inédita, em alguns países, os Estados Unidos já deixaram de ser o Estado protagonista na balança comercial; como é o caso do Brasil que, desde 2012, passou a ter a China enquanto maior participante no volume de exportações do país¹⁸.

Atualmente, o enfrentamento ao projeto norte-americano para a América Latina é perceptível nos projetos políticos imbricados nos arranjos dos processos integrativos para a região. Como descrito por Moreira, Quinteros e Silva (2008):

Um dos pontos de virada, que marcaram a política interamericana, foi a resistência crescente ao projeto dos Estados Unidos de formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). As negociações da Alca haviam iniciado em 1994 e sofreram resistência de muitos países, inclusive do Brasil, que procurou evitar que o Mercosul fosse diluído no projeto-norte-americano. Também há o surgimento da Alternativa Bolivariana das Américas (Alba), articulado por Venezuela e Cuba, e que já conta com a participação de diversos países (MOREIRA; QUINTEROS; SILVA, 2008, p. 378-9).

Assim, como atentam os autores acima, a integração regional é um processo central nesse novo âmbito da política internacional latino-americana e as mudanças que se dão no âmbito do regionalismo devem ser compreendidas como um dentre os demais elementos que constituem o processo de reconfiguração das relações internacionais, contemporaneamente. No escopo teórico das Relações Internacionais, tal cenário vem sendo estudado visando à compreensão desse novo ciclo de regionalismo na América Latina, o regionalismo pós-liberal, que será tratado a seguir.

¹⁸ Segundo dados do “Brazilian Trade Balance: Consolidated Data”. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. 2012. Retrieved 2012-04-16

2 CICLOS DE REGIONALISMO NA AMÉRICA LATINA: o regionalismo pós-liberal em formação

O presente capítulo tem como objetivo apresentar a tendência do debate teórico que vem sendo realizado sobre os ciclos de regionalismo da América Latina. Neste sentido, é importante frisar que diferentes projetos de integração demarcam a região, sendo necessário retomar o histórico dos processos integrativos latino-americanos, como forma de compreender os arranjos regionais que se dão contemporaneamente. Isso porque, o foco deste capítulo se dará sobre o ciclo de regionalismo pós-liberal, em construção na América Latina desde primeira década do século XXI, que emerge concomitantemente à crise da hegemonia do regionalismo aberto na região. É importante ressaltar como os pensadores latino-americanos se debruçaram na tentativa de compreensão do regionalismo da América Latina, suas possibilidades, suas particularidades e suas limitações históricas. Como cita Bernal-Meza:

El pensamiento latinoamericano sobre la integración acompaña la visión de las relaciones internacionales regionales desde el nacimiento mismo de las naciones que hoy dan lugar a la comunidad latinoamericana. Durante los últimos casi doscientos años, distintos pensadores y estadistas – idealistas, utópicos, pragmáticos y realistas – sostuvieron con diversas argumentaciones la necesidad de alcanzar una integración entre pueblos y países. La literatura refleja ampliamente este ideal y objetivo políticos, pues la integración ha generado innumerables textos, donde ella ha sido y es aún hoy analizada desde diversas perspectivas, que van desde la conveniencia política y económica hasta su sustento en la pertenencia a una historia y cultura común (BERNAL-MEZA, 2005, p. 47).

Para tal, inicialmente serão retomados os principais ciclos de regionalismo da América Latina (2.1) e, posteriormente, caracterizar-se-á a crise do regionalismo aberto e os principais aspectos do regionalismo pós-liberal (2.2).

2.1 Ciclos de regionalismo na América Latina: breve retrospectiva histórica

O fenômeno de regionalização configura-se como um processo vinculado à ordem mundial, tendo em vista que a formação de blocos regionais influencia o ordenamento das relações entre os Estados dentro e fora dos blocos compostos, e por consequência, a dinâmica do sistema internacional. Segundo Bernal-Meza (2008), a compreensão da regionalização dá-se concomitantemente à compreensão da ordem mundial. Assim, o processo de regionalização pode ser compreendido como um sistema de ideias que molda os espaços integrativos no cenário internacional, na composição do critério normativo que embasa a formulação de

políticas para a construção de esquemas institucionais regionais. Na citação abaixo, o autor sintetiza a definição do regionalismo:

El regionalismo es un elemento clave del orden económico internacional surgido después de la segunda guerra mundial. Los países que comparten un espacio regional, se unen para lograr una mejor capacidad de negociación internacional, de competitividad en los mercados mundiales y, potencialmente, para lograr objetivos mediante la coordinación de esfuerzos en los foros internacionales, en la labor de atracción de inversiones o en el desarrollo de proyectos industriales y tecnológicos conjuntos (BERNAL-MEZA, 2008, p. 192-3).

Primordialmente, a regionalização compreende a formação de áreas de livre comércio, com o intuito de fortalecimento da economia dos Estados em âmbito regional, no que tange à acumulação de recursos e ao aumento das dimensões de mercado. Os processos de regionalização podem potencializar o desenvolvimento dos Estados envolvidos, rumo a uma unidade que fortalece a região em processo de integração. Entretanto, com a relação simbiótica entre a regionalização e a ordem mundial, Bernal-Meza (2008) acresce que a regionalização pode resultar em outras configurações nas relações de poder entre os Estados, como o aumento da polarização global ou desenvolvimento desigual das regiões. Por isso, a importância de visualizar as contradições no que tange aos objetivos dos processos integrativos.

A regionalização não se limita ao fomento de blocos regionais de cunho econômico. Os arranjos regionais podem promover a interação entre os Estados em outros aspectos. Essa constatação é importante para compreensão da agenda dos processos integrativos do ciclo do regionalismo pós-liberal em curso na América Latina, e que será analisado a seguir. Bernal-Meza argumenta que:

La regionalización es, entonces, tanto el proceso de creación específica de un espacio común, como el resultado de la puesta en marcha de la integración. [...]. Aunque el énfasis se encuentra en los aspectos económicos, por las razones previas se debe reconocer que un proceso de regionalización no es puramente económico, sino simultánea y sistemáticamente, político, social y cultural (BERNAL-MEZA, 2008, p. 181).

Assim, inicialmente, o regionalismo na América Latina surgiria como uma tentativa de responder às dificuldades de inserção na economia internacional. Bernal-Meza (2008, p. 187) destaca alguns fatores para o fortalecimento do regionalismo latino-americano. Entre eles: 1) os fatores de interdependência, sob o qual o regionalismo seria uma resposta funcional às adversidades consequentes das relações de dependência construídas com os países centrais e industrializados, de forma assimétrica e verticalizada e; 2) os fatores internos dos Estados que

levariam em relevância os elementos comuns dos Estados latino-americanos, como as semelhanças étnicas e linguísticas, que poderiam corroborar com a construção da identidade regional, mediante a constituição de uma unidade latino-americana.

Os diferentes processos de regionalização da América Latina possuem diferentes projetos políticos e ideológicos para a região, que podem objetivar a constituição de uma alternativa às relações de dependência dos Estados ou reforçar as formas de dominação externa sobre a região. Assim, na análise nos ciclos de regionalismo é importante buscar identificar os projetos políticos e interesses intrínsecos a cada arranjo regional. Isso porque tais projetos políticos e ideológicos se delineiam de maneira complexa, para servir aos interesses de determinados grupos no âmbito internacional e no âmbito doméstico, que precisam ser compreendidos no processo analítico do regionalismo. Daí a necessidade de compreender a dinâmica interna dos Estados e a conexão com os interesses dos grupos internacionais na conformação dos arranjos regionais. Theotônio dos Santos (1993) destaca que:

Apesar de grande parte dos problemas se inscreverem na área internacional, como parte de um processo da revolução científico-técnica, da globalização, regionalização e divisão internacional do trabalho, vimos que dialeticamente, são as estruturas de poder nacionais e locais que sustentam as possíveis políticas internacionais. Seria pois ilusório imaginar que a ação internacional pudesse realizar-se por cima dessas bases nacionais. As organizações internacionais e intergovernamentais são expressões de poderes estatais – as empresas transnacionais e mesmo globais se apoiam nos respectivos Estados e nos diferentes mercados locais e nacionais. As organizações não-governamentais são ainda conjuntos de movimentos nacionais articulados por ideias de alcance planetário. Em resumo: apesar de a economia mundial e de uma civilização planetária ganharem uma autonomia crescente diante das realidades nacionais, elas são ainda dependentes dessas bases nacionais e locais das estruturas produtivas do processo de mundialização e globalização (SANTOS, 1993, p. 87).

No caso do regionalismo latino-americano, existe o projeto dos Estados Unidos, cujas relações de dominação se expressam nas propostas de arranjos regionais e tentativas de resistência levadas a cabo por outros processos integrativos, ao longo da história, que demonstram a existência de um projeto latino-americanista autônomo. Santos (1993) ressalta que: “A proposta de uma integração latino-americana tem uma longa história. Contudo, ela contou com uma hostilidade definitiva dos Estados Unidos, que sempre se opôs à unidade da América Latina, considerada como um rompimento da unidade maior americana” (SANTOS, 1993, p. 100).

A disputa pela hegemonia de cada um dos projetos políticos para a América Latina se manifesta nas relações de poder estabelecidas no cenário político internacional latino-

americano. Os Estados Unidos sempre utilizam de seu poderio para reforçar as relações de dominação externa, buscando concretizar o seu projeto político para a região, para minar as possibilidades de uma integração exclusivamente latino-americana, que possibilitasse uma maior autonomia. A relação de dominação entre Estados Unidos e América Latina se efetiva em diversos acordos e tratados internacionais¹⁹. A disputa entre os projetos integrativos de cunhos diferenciados está presente em diferentes momentos históricos, nos quais os Estados latino-americanos reagem enquanto bloco, demonstrando o potencial de unidade da região.

Um exemplo histórico foi o caso da Guerra das Malvinas, em 1982, durante a qual houve o rompimento do TIAR. Nessa ocasião, os Estados Unidos tomam partido da Inglaterra no conflito, ao invés de prestar cooperação à Argentina, como previa o Tratado²⁰. Santos (1993, pag. 63) suscita que “É necessário destacar que todos os países latino-americanos continuam apoiando a Argentina na reivindicação das Ilhas Malvinas, enquanto os Estados Unidos continuam apoiando as pretensões inglesas sobre estas ilhas.” Ou seja, o episódio da Guerra das Malvinas teve grande impacto nas relações internacionais, porque possibilitou o delineamento de uma postura latino-americana unitária em detrimento do posicionamento dos Estados Unidos, que ia de encontro aos interesses e à soberania dos Estados da América Latina. Assim, fica claro como os diferentes projetos políticos para a região encontram-se em disputa desde o século XX, e expressam-se nas relações entre os Estados americanos, como também estão presentes nos ciclos de regionalismo.

Adriana Suzart Pádua (2012) recapitula e organiza cronologicamente os diferentes ciclos de regionalismo da América Latina, nos quais estão intrínsecos diferentes projetos políticos. Dessa forma, serão retomados, brevemente, estes ciclos de regionalismo, caracterizados por Pádua (2012) como culturas políticas de integração. Na categorização feita pela autora sobre os ciclos de regionalismo vigentes na história da América Latina, percebe-se que os processos de regionalismo foram sendo aperfeiçoados e tornaram-se, em alguns casos, instrumentos de resistência e de potencialização do desenvolvimento dos Estados latino-americanos. Nessa perspectiva, a autora classifica temporalmente esses ciclos de

¹⁹ No que tange aos acordos e tratados internacionais entre Estados Unidos e os Estados latino-americanos que reforçam as relações de dependência e dominação, ver Capítulo I, tópico 1.1.

²⁰ Theotonio dos Santos argumenta sobre o impacto da Guerra das Malvinas nas relações internacionais americanas: “Poderíamos situar o momento de corte com os acontecimentos ligados à Guerra das Malvinas em 1982. Durante esta guerra, ocorreu o rompimento nítido dos Estados Unidos com o Tratado de Assistência Recíproca (TIAR) firmado em 1948 pelos países americanos. Nele os países americanos se comprometiam a defender-se mutuamente, inclusive no plano militar, contra qualquer agressão externa ao continente. Ora, os Estados Unidos tomaram abertamente o partido da Inglaterra na guerra contra a Argentina, provocando um choque psicológico e ideológico definitivo sobretudo na direita militar latino-americana, que contava em todos estes anos com a solidariedade norte-americana” (SANTOS, 1993, p. 100).

regionalismos, como: pan-americanismo, regionalismo protetor, regionalismo aberto e regionalismo pós-liberal.

O primeiro ciclo de regionalismo da América Latina iniciou-se no século XIX, o pan-americanismo, que foi protagonizado inicialmente pela proposta de Simon Bolívar de promover a integração dos recém-formados Estados hispano-americanos. Entretanto, o termo pan-americanismo, posteriormente, passou a ser utilizado pelos Estados Unidos para designar os seus interesses expansionistas na América Latina. Os Estados Unidos se apropriaram do pan-americanismo para legitimar sua política de dominação na América Latina, já no século XIX, a partir da Doutrina Monroe, que construiu o discurso da “América para os Americanos” tendo os Estados Unidos enquanto liderança na busca da segurança e soberania dos Estados americanos. Santos (1993) argumenta que:

A política internacional e a diplomacia latino-americana sempre estiveram marcadas pelo dilema representado pelo confronto entre as concepções de Bolívar e Monroe. Bolívar, na sua luta pela independência, concebeu uma América hispânica (e Portuguesa por extensão) independente dos Estados Unidos, cujas origens culturais distintas, poder econômico e ambições expansionistas os apartavam deste projeto libertário. Mas, por outro lado, a influência da revolução americana e de seus ideais democráticos e republicanos foi fundamental no movimento independentista latino-americano. As nações latino-americanas já nascem devendo aos ingleses e norte-americanos, dando continuidade à sua condição dependente, constituída na sua fase colonial. Por outro lado, os Estados Unidos sempre ambicionaram, como poder econômico e estatal, uma posição hegemônica no subcontinente que forma a América Latina (SANTOS, 1993, p. 109).

A política estadunidense sempre esteve presente nos ciclos de regionalismo da região, seja de maneira protagonista ou coadjuvante. Segundo Santos (1993, p. 110) o pan-americanismo foi apresentado como uma alternativa ao colonialismo português e hispânico e ao britânico (que substituía aquela hegemonia). Assim, na análise histórica dos ciclos de regionalismo latino-americanos é possível visualizar que se intercala a presença dos interesses estadunidenses nas tentativas de integração (pan-americanismo, Doutrina Monroe, Política da Boa Vizinhança, ALCA, etc.) e a resistência dos Estados latino-americanos e forças de esquerda contra a predominância dos interesses dos EUA na pauta desses processos integrativos.

Os interesses dos Estados Unidos em firmar sua influência na região estão expressos desde a formação do Estado norte-americano enquanto potência hegemônica, ainda no século XIX, e se torna ainda mais complexo a partir da segunda metade do século XX, com a entrada das empresas corporativas estadunidenses nos Estados latino-americanos. Este período corresponde ao padrão de dominação externa que Fernandes (1998) categorizou como

imperialismo total, isto é, quando a dominação externa se dá por meio de mecanismos que se encontram nos próprios Estados latino-americanos, mecanismos esses inseridos a partir da entrada das empresas corporativas dentro desses Estados, ditando as regras de forma a atender os interesses externos (no caso das potências, com foco nos Estados Unidos). A esse respeito nos valem das análises pertinentes de Theotônio dos Santos (1993):

Com o fim da II Guerra, formou-se na América Latina um aparelho pan-americano. Iniciou-se com o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), assinado no Rio de Janeiro em 1947, que estabeleceu a unidade interamericana contra o inimigo externo e deu origem à Organização dos Estados Americanos (OEA). Continuou, nessa postura anticomunista, com o Ponto 4, espécie de Plano Marshall dos pobres, e com as missões econômicas norte-americanas no fim da década de 40. Aprofunda-se com a participação da OEA na intervenção na Guatemala em 1954. [...] O pan-americanismo consolidou-se no início da década de 60, com a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em dezembro de 1959, com os limites impostos pelo Fundo Monetário Internacional e as multinacionais ao Acordo de Montevideú, que criou a Associação Latino-Americana do Livre Comércio (ALALC), mas a privou dos mecanismos verdadeiramente integracionistas, propostos pela CEPAL (SANTOS, 1993, p. 113-4).

A partir da segunda metade do século XX, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) – fundada em 1947 - realiza estudos que demonstravam os empecilhos para a integração latino-americana. Entre elas, a heterogeneidade estrutural nas economias latino-americanas, junto à dependência externa – historicamente construída – e um desenvolvimento frágil da indústria nacional (BERNAL-MEZA, 2008). Isso se devia à situação de dependência que os países latino-americanos ocupavam na economia internacional, já que haviam se incorporado tardiamente a este espaço.

A CEPAL constitui a primeira iniciativa institucionalizada para pensar políticas de atuação conjunta da América Latina. A partir dessas constatações, a CEPAL formula uma série de políticas econômicas com o objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico dos Estados da América Latina. Tais políticas foram implementadas nos Estados latino-americanos, entre elas tentativas de arranjos regionais de cunho econômico que caracterizaram o ciclo do regionalismo protetor.

Prebrisch formuló su teoría del “Intercambio Desigual”, que pasaría a ser um fundamento específico de las políticas orientadas a impulsar procesos de integración, mediante la sustitución de importaciones y el crecimiento industrial de la región en un proceso combinado con el aumento de exportaciones y de participación en el comercio internacional. La idea central es que a través de la implementación de políticas de cooperación regional se podrían modificar situaciones estructurales de subdesarrollo (BERNAL-MEZA, 2008, p. 185-6, grifo do autor).

Assim, a integração regional tornou-se uma estratégia para fomentar o desenvolvimento econômico dos Estados, visando atenuar o quadro de relações assimétricas entre os países do centro e da periferia, mediante a forte intervenção do Estado desenvolvimentista na economia. A partir do Grupo de Trabalho do Mercado Regional Latino-Americano, criado no âmbito do Comitê de Comércio da CEPAL, é assinado o Acordo de Montevideu, que dá origem a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), primeiro processo integrativo latino-americano. Inicialmente, houve o aumento dos fluxos comerciais intrarregionais. Entretanto, a experiência da ALALC foi marcada por muitas lacunas, visto que havia muitas assimetrias entre as economias latino-americanas. Santos (1993) aponta que em 1969, com a assinatura do Protocolo de Caracas, apontando os obstáculos na estratégia de multilateralismo radical da ALALC, há a abertura para acordos bilaterais.

Durante este período também se destaca a criação do Pacto Andino (que futuramente se tornaria a Comunidade Andina das Nações – CAN), em 1969. Ainda sob as formulações cepalinas, na década de 1980 foi criada a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), que tem por objetivo superar os erros da ALALC e fomentar a integração latino-americana a partir de ações mais pontuais, sem aplicar o multilateralismo radicalizado desta.

Com a crise do petróleo em 1973, houve o aumento do preço do petróleo e para os países não produtores deste insumo, foi às alturas a necessidade de dólares para manter os níveis necessários de importação deste combustível. Concomitante, no mercado internacional havia uma grande liquidez internacional e as taxas de juros nos principais mercados se encontravam muito baixas, chegando a serem negativas em termos reais. Esses dois aspectos conjugados levaram a um aumento significativo do endividamento dos países subdesenvolvidos.

No final da década de 1970, os Estados Unidos adotaram uma nova política econômica voltada para tornar o dólar uma moeda forte. Assim, elevaram brutalmente as suas taxas de juros, levando a uma drenagem dos dólares existentes em direção de aplicações nos títulos do tesouro americano. Elevando-se assim, as taxas de juros e o próprio valor do dólar. Nos contratos da dívida externa de vários Estados constava a cláusula de juros flutuantes, que podiam variar em função das condições dos mercados. Assim, os juros passaram a ser elevados, junto ao valor do dólar. Nessa situação, na década de oitenta, os Estados latino-americanos entram em uma crise da dívida que levou ao enfraquecimento de suas economias e aumentou a situação de dependência financeira. Nesse processo, há a interrupção do

pagamento das dívidas devido às altas taxas de juros pelos países da América Latina. Santos (1993) ressalta que:

A questão da dívida externa converteu-se num ponto central de articulação diplomática no subcontinente. Sobretudo depois do alerta lançado pelo governo cubano, encabeçado pelo comandante Fidel Castro. Depois de seis congressos sobre o tema, realizados em Cuba, Fidel Castro conseguiu criar uma forte consciência sobre a dimensão da dívida, a impossibilidade do seu pagamento e a perspectiva de utilizá-la como um fator de unidade latino-americana, de colaboração Sul-Sul e de pressão sobre as potências econômicas dominantes (SANTOS, 1992, p. 126).

Entretanto, mesmo com a articulação dos países latino-americanos na tentativa de enfrentar de maneira conjunta a crise da dívida, a prescrição imposta pelas economias centrais como possível “solução” para o endividamento das economias latino-americanas foi a adoção de uma série de medidas liberalizantes, reiterando a sua situação de dependência. Assim, no início da década de 1990, o regionalismo aberto consolidou-se como solução para o endividamento dos países latino-americanos através da implementação de reformas neoliberais, regidas pela cartilha do Consenso de Washington. Tal cartilha visava fomentar a recuperação dos Estados por meio de ajustes fiscais, redução do papel do Estado na economia (Estado mínimo) e liberalização comercial. Seguindo esta política, surgiram processos integrativos de cunho eminentemente econômico, como o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), o Mercosul, a reestruturação do CAN (antigo Pacto Andino) e a proposta da ALCA.

O regionalismo aberto possui uma forte ligação com a adoção das políticas neoliberais no campo econômico pelos países latino-americanos. A hegemonia do regionalismo aberto na América Latina, na década de 1990, possibilitou uma maior influência do projeto político estadunidense para a região. O exemplo mais concreto está exposto na ALCA. Na citação a seguir, Bernal-Meza destaca como os interesses estadunidenses estão inerentes à proposta da ALCA:

El Área de Libre Comercio de las Américas, desde su lanzamiento en 1994, representaba una nueva versión del modelo de dominación hegemónica de los Estados Unidos en el hemisferio, no sólo porque incluía en su agenda cuestiones que iban más allá de las comerciales –como inversiones, servicios, acceso a mercados, etc.- sino porque su efectiva constitución podría haber tenido profundas consecuencias para los países latinoamericanos. Podría haber significado, por ejemplo, dado el nivel de las asimetrías y el desigual carácter de los intereses en juego, el fin de los esquemas subregionales (MERCOSUR, CAN). El ALCA personificaba para los Estados Unidos un instrumento de su estrategia global y de seguridad nacional, porque se hubiera constituido en la potencia del bloque más importante del mundo en cuanto a cifras económicas, demográficas, etc. Además, el ALCA le hubiera posibilitado, entre otros factores, mejorar su posicionamiento negociador en la OMC y frenar la presencia de la Unión Europea y de las potencias asiáticas en la región (BERNAL-MEZA, 2008, p. 186).

E, por fim, em um período de revisão das políticas de cunho neoliberal na América Latina, Pádua (2012), retomando os estudiosos contemporâneos que pesquisam o fenômeno do regionalismo, caracteriza o momento atual como regionalismo pós-liberal. Esse ciclo retoma a centralidade do Estado, como nas políticas cepalinas, e também visualiza a “integração regional como instrumento de desenvolvimento dos países” (PÁDUA, 2012, p. 13). Mas apresenta uma série de diferenciações que caracterizam uma “nova cultura de integração regional” (PÁDUA, 2012), que abordaremos a seguir.

2.2 Crise do regionalismo aberto e emergência do regionalismo pós-liberal

O debate acerca do surgimento de um novo ciclo de regionalismo na América Latina decorre diretamente da crise do paradigma hegemônico anteriormente: o regionalismo aberto. Tal crise deriva da reconfiguração política do cenário latino-americano, que buscamos apresentar no capítulo anterior. Nesse debate, “cabe perguntarse si estamos hablando de la misma América Latina hace dos décadas” (SERBÍN, MARTÍNEZ, RAMANZINI, 2012, p. 9). Acreditamos que não. Uma série de mudanças no cenário internacional e, particularmente, na América Latina impulsionam uma crítica à viabilidade do modelo neoliberal para responder aos problemas da região, e neste processo, buscam novas respostas por outros caminhos.

Com ascensão de líderes de esquerda nos governos dos países latino-americanos, o regionalismo aberto perde força e os processos integrativos passam a ter um foco diferenciado, surgindo a possibilidade da inserção de novos atores, como os movimentos sociais. Tal conjuntura é descrita por Serbín, Martínez e Ramanzini:

La noción de regionalismo abierto, es decir, la perspectiva de intercambio comercial en tanto elemento central de la integración prevaleciente en los años noventa, ha dejado de ser la principal fuerza motriz de las actuales tendencias de integración y de cooperación entre los países de la región, y ha sido crecientemente sustituida por un nuevo enfoque, más acorde con lo que algunos autores denominan *regionalismo post-liberal*, y que otros califican como *regionalismo post-hegemónico* o incluso *post-neoliberal*, en función de algunas especificidades de los actuales procesos regionales (SERBÍN; MARTÍNEZ; RAMANZINI, 2012, p. 11, grifo do autor).

Para Sanahuja (2009), o período de hegemonia do regionalismo aberto na América Latina foi de 1990 até 2005. Sua crise tem base em fatores diferenciados. Aponta que os argumentos que possuem certa popularidade dizem respeito aos objetivos dos Estados Unidos

para a região agindo como um “desagregador externo”²¹. Entretanto, há outros fatores de ordem mais complexa que corroboram com o esgotamento desse ciclo, que estão ligados aos processos econômicos, a exemplo do avanço exclusivo na integração negativa ligada²² à liberalização comercial, sem potencializar o desenvolvimento econômico dos países de maneira satisfatória.

O foco estritamente comercial desse ciclo de regionalismo deixa de abarcar o potencial integrativo de outras áreas, como a infraestrutura, ciência e tecnologia, questões energéticas, entre outras. O autor aponta que há um paradoxo no que tange aos objetivos do regionalismo aberto, pois esse se baseia na liberalização comercial intrarregional, mas os dados demonstram pouco avanço no aprofundamento da exportação intrarregional e intrabloco nesse período, na América Latina. Mesmo com os avanços das trocas intrarregionais, visualiza-se quedas sistemáticas, como demonstram os dados do quadro abaixo. Como apontado na Tabela 1, os fluxos intrarregionais do Mercosul e da Comunidade Andina das Nações (CAN) tiveram uma queda no período de 1998 à 2003, que podem ser vistas como consequências de medidas unilaterais dos Estados para tentar reduzir os impactos da crise de 2001 em suas economias. Os dados também apontam que a porcentagem do comércio intrarregional é significadamente inferior às exportações para fora dos blocos, quando comparado com os dados das exportações totais.

²¹ A la hora de explicar la crisis de la integración regional, gozan de cierta popularidad los argumentos [...] al 'disgregador externo', en referencia Estados Unidos y los tratados bilaterales de libre comercio que este país ha promovido tras el bloqueo del Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA) (SANAHUJA, 2009, p. 13).

²² Un examen de los distintos procesos subregionales revela que en realidad la estrategia del 'regionalismo abierto' se ha aplicado de forma parcial y selectiva. En particular se ha puesto más énfasis en lo que Jan Tinbergen llamó 'integración negativa', es decir, la liberalización comercial intragrupo, que la 'integración positiva', centrada en las políticas comunes y la construcción de instituciones (SANAHUJA, 2009, p. 14)

TABELA 1: Evoluções das Exportações Intrarregionais 1990-2007 (em milhões de dólares correntes e porcentagens)

Grupo regional	1990	1995	1998	2002	2004	2007
ALADI						
Exportaciones totales	112.694	204.170	251.345	319.807	427.835	675.139
Exportaciones a la ALADI	13.589	35.471	43.118	36.164	56.777	107.586
Exp. Intrarregionales (%)	12,1%	17,4%	17,2%	11,3%	13,3%	15,9%
CAN						
Exportaciones totales	31.751	39.134	38.896	52.177	74.140	139.102
Exportaciones a la CAN	1.312	4.812	5.504	5.227	7.604	12.909
Exp. Intrarregionales (%)	4,1%	12,3%	14,2%	10,0%	10,5%	9,3%
Mercosur						
Exportaciones totales	46.403	70.129	80.227	89.500	134.196	221.498
Exportaciones al Mercosur	4.127	14.199	20.322	10.197	21.134	33.051
Exp. Intrarregionales (%)	8,9%	20,2%	25,3%	11,4%	12,9%	14,9%
MCCA						
Exportaciones totales (a)	4.480	8.745	14.987	17.006	19.767	26.036
Exportaciones al MCCA	624	1.451	2.754	2.871	3.506	5.217
Exp. Intrarregionales (%)	13,9%	16,6%	18,4%	16,9%	17,7%	20,0%
CARICOM						
Exportaciones totales	4.118	5.598	4.790	5.732	7.880	19.872
Export. a CARICOM	509	843	1.031	1.220	1.810	2.793
Exp. Intrarregionales (%)	10,3%	14,2%	18,6%	17,2%	17,4%	14,1%
América Latina y el Caribe						
Exportaciones totales (b)	130.214	227.922	280.065	347.610	472.444	761.959
Exp. A. Latina y Caribe (c)	18.727	45.180	56.644	53.424	79.952	144.211
Exp. Intrarregionales (%)	13,9%	19,8%	20,2%	15,4%	16,9%	18,9%

Fuente: CEPAL, sobre información oficial de los respectivos grupos regionales y del Fondo Monetario Internacional (FMI), *Direction of Trade Statistics*

Fonte: SANAHUJA, 2009, p. 16

O autor aponta, ainda, limitações para a consolidação do regionalismo aberto no que tange à dimensão institucional dos processos integrativos deste cunho, às relações exteriores e às visões ideológicas em disputa corroboram com o esgotamento desse ciclo. Nesse processo argumentativo, destaca a questão da soberania nacional como imperativa na relação entre os Estados latino-americanos e que a dificuldade de abrir mão de parte desta para a consolidação dos processos integrativos vem constituindo-se como um forte impedimento.

Outra questão pautada é a do intergovernamentalismo, que marca os arranjos regionais latino-americanos. Sendo assim, as decisões devem ser tomadas por unanimidade, tendo todo Estado participante o poder de veto sobre as decisões a serem tomadas. Segundo Sanahuja (2009), o consenso como pressuposto, ligado ao forte vínculo à soberania nacional, dificulta o avanço de tais arranjos. Indica, ainda, que a falta de um mecanismo burocrático que impeça a tomada de medidas unilaterais por parte dos Estados-membros dos processos integrativos

inibe a consolidação e adoção das medidas gestadas regionalmente. Desse modo, institucionalmente, a fragilidade da integração, para Sanahuja (2009), está fortemente ligada ao nacionalismo e à concepção westfaliana de soberania, características fundantes nos Estados latino-americanos. Para o autor:

Pero la debilidad y la falta de eficacia de las instituciones regionales es más un síntoma que una causa: se relaciona con el marcado nacionalismo y la concepción ‘westfaliana’ o tradicional de la soberanía que caracteriza a la cultura política latinoamericana. Esa concepción recorre toda la región, y se explica por la necesidad de preservar cierto margen de maniobra en la política nacional y la defensa de los intereses nacionales frente a los países vecinos, especialmente cuando existen marcadas asimetrías de tamaño, poder y riqueza, como ocurre en Mercosur (SANAHUJA, 2009, p. 18-9).

Frente à argumentação de Sanahuja, é importante frisar que tais “limitações institucionais” são direcionadas como crítica à forma pela qual os processos de integração se conformam na região, baseando-se em modelos integrativos de outras regiões, sem considerar as peculiaridades da América Latina. Assim, as críticas também se dão enquanto desafios para a consolidação dos processos integrativos do novo ciclo do regionalismo pós-liberal, pois como destacado, são características particulares da formação sócio-histórica da política latino-americana. Por isso, tais particularidades devem ser compreendidas como características que irão compor *per se* os processos integrativos da região. Pois não devemos considerar uma fórmula universal a ser seguida para que os processos integrativos de todo o globo obtenham sucesso. Os passos que levaram à consolidação da União Europeia, com certeza, não serão os mesmos para a integração da América Latina, pois há diferenças históricas, culturais, econômicas de cada região que particularizam a integração de cada parte do mundo. Como cita Bernal-Meza (2005):

Hoy parece común entre los Estudiantes de ciencias sociales la idea de que los proyectos contemporáneos de integración económica y política en América Latina – desde de la ALALC e el Mercado Común Centroamericano, pasando por el Grupo Andino y la ALADI, hasta llegar al MERCOSUR actual – están basados en el pensamiento europeo, cuya última expresión es la Unión Europea, con sus instituciones, mercado y moneda común. Pero nada más equivocado. Una cosa es la experiencia histórica concreta de unos y otros ejemplos y otra muy distinta, son las fundamentaciones, que se basaron en pensamientos propios y distintivos (BERNAL-MEZA, 2005, p. 147).

Ao analisar os ciclos de regionalismo vigentes na América Latina da metade do século XX até a década de 1990, Bernal-Meza (2008) realiza a crítica de que os objetivos do regionalismo resumem-se à busca por inserção nos mercados internacionais. Entretanto, o regionalismo deveria estar voltado para a transformação das estruturas socioeconômicas

latino-americanas, caracterizadas como pouco competitivas, heterogêneas e fragmentadas. O autor constata que a inserção na economia internacional, por meio do regionalismo, não substitui os problemas derivados da falta de uma verdadeira estratégia de desenvolvimento para a região. É para preencher esta lacuna, que no limiar do século XXI, emerge o regionalismo pós-liberal com o objetivo de constituir o regionalismo enquanto estratégia para o desenvolvimento da América Latina.

A formação de um conceitual teórico para caracterizar o regionalismo pós-liberal não pode ser desvinculado da crise do ciclo de regionalismo aberto, que possuía um forte vínculo com os ditames neoliberais. Portanto, caracterizar a existência de um novo ciclo de arranjos regionais na América Latina pressupõe refletir sobre as possibilidades destes no que tange ao enfrentamento das políticas neoliberais. Ainda na década de 1990, antes de visualizar-se a construção de processos integrativos de cunho pós-liberal (como a ALBA e a UNASUL), Göran Therborn, refletindo sobre as possibilidades de um momento histórico "pós-neoliberal", aponta que:

O neoliberalismo é um projeto sério e racional, uma doutrina coerente e uma teoria vinculada e reforçada por certos processos históricos de transformação do capitalismo. É uma doutrina, pelo menos de fato, conectada com uma nova dinâmica tanto tecnológica e gerencial quanto financeira dos mercados e da competição. Devemos, perguntar-nos, então, o que pode chegar a ser "pós-neoliberalismo". Na minha opinião, ele não é necessariamente o socialismo, nem outra nova etapa do capitalismo. Podemos dizer, mais concretamente, que o pós-neoliberalismo será uma situação política e social em que os desafios e as tarefas da justiça social, os direitos sociais e econômicos de todos os seres humanos, os problemas planetários do meio ambiente e a questão da arquitetura do ambiente social estarão no centro do discurso político. Dado que o neoliberalismo como tal é uma superestrutura do capitalismo atual, o pós-neoliberalismo deverá ser outra nova situação política e ideológica (THERBORN *In*: SADER, 1995, p. 181).

Com a crise do regionalismo aberto, a partir dos elementos supracitados, o regionalismo pós-liberal conforma-se na América Latina, a partir de diferentes iniciativas, cujas características que se antagonizam com o ciclo anterior. Esse novo momento, no qual processos integrativos como a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA) constituem os principais exemplos, traz à tona uma série de diferenças e particularidades que não nos permitem apontar resultados exatos ou inferir conclusões, tendo em vista que ainda estão em processo de construção. Dessa forma, o destino desse novo ciclo de regionalismo encontra certos desafios para a sua concretização, já que não há modelos a serem seguidos.

Como o ciclo do regionalismo pós-liberal encontra-se em processo, pode-se apontar possibilidades, limites e desafios a serem encarados nesse novo momento, tendo em vista que

o cenário internacional encontra-se em um processo de reordenamento. Esses elementos podem ser visualizados a partir da emergência de Estados que passam a possuir maior inserção e influência nas decisões internacionais, como a China, e a consequente reconfiguração de polos de poder, como G 20, que passa a ter mais peso de negociação que o antigo G7, além de coalizações de cooperação como o BRICS e o IBAS. Como destacam Serbín, Martínez e Ramanzini (2012):

A su vez, dimensiones exógenas distintivas como el cuestionamiento de la hegemonía regional de Estados Unidos, la reestructuración de los ejes de desarrollo mundial, el aumento de la presencia económica de China en la región y la intensificación de los flujos de comercio intra-regional, han potenciado el ritmo de los cambios regionales, en la medida en que crean las condiciones para un mayor margen de maniobra internacional para los países de América Latina (SERBÍN, MARTÍNEZ, RAMANZINI, 2012, p. 10).

Destarte, podemos apontar esse ciclo caracterizado como regionalismo pós-liberal, como um dos elementos que caracteriza o atual cenário de mudanças no sistema internacional. Tal ciclo possui características diferenciadas do que costumava-se visualizar nos processos integrativos até então, que sempre focavam com mais rigor questões de cunho comercial e que agora diversificam os temas que compõem a agenda da integração. Embora em formação, é inegável que o cenário político latino-americano atual já apresenta características distintas dos ciclos de regionalismo anteriores, que justifica a classificação dos processos em curso como um novo ciclo de regionalismo. Nesse sentido, os estudiosos da América Latina buscam discutir quais seriam as mudanças pertinentes que os levaram a considerar este período como um ciclo de regionalismo pós-liberal.

Sanahuja (2009) sintetiza as principais características do regionalismo pós-liberal em oito pontos, demonstrando, claramente, o antagonismo com as características do *regionalismo aberto*. (1) A prioridade na agenda política na região, com liderança da Venezuela e Brasil. (2) O retorno da agenda de desenvolvimento, buscando superar os ditames do Consenso de Washington. (3) Centralidade nos atores estatais. (4) Ênfase na agenda positiva de integração, com foco na composição e fortalecimento das instituições e políticas comuns, por meio da cooperação sul-sul entre os Estados, no âmbito não-comercial. (5) Preocupação com a carência infraestrutural da região²³. (6) Foco no desenvolvimento de segurança energética e busca por complementaridade neste campo. (7) Tentativa de ampliação da participação social

²³ Como percebe-se no investimento dado a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA).

nos processos integrativos²⁴. E, por fim, a maior particularidade dos projetos integrativos deste ciclo, (8) a maior preocupação com as desigualdades no que tange ao desenvolvimento e às dimensões sociais, vinculando integração regional como instrumento para a diminuição da desigualdade e da pobreza (SANAHUJA, 2009, p. 22-23).

Dentre elas, uma característica importante é o retorno da centralidade do Estado, com fortalecimento do nacionalismo, da soberania e dos chefes de governo, e consequentemente do Executivo, como protagonista nos processos integrativos. Como vimos na crítica de Sanahuja aos limites da dimensão institucional do regionalismo aberto, a centralidade do Estado se repete no regionalismo pós-liberal. Até que ponto tal característica que consiste em um elemento central da cultura política latino-americana constitui uma limitação para a consolidação desse novo ciclo de regionalismo? Sobre tal questão, Serbín aponta que:

Ambas iniciativas regionales –la Unasur y el ALBA– en la actual etapa de regionalismo posliberal se caracterizan por un recurrente nacionalismo y por la recuperación, explícita o implícita, de la soberanía nacional como principio rector de las relaciones internacionales. Esto se expresa muy claramente en la cautela con que se estructuran y construyen las diferentes instancias de integración regional que promueven y en la reiterada aspiración de imponer los intereses nacionales en los distintos esquemas que configuran la actual arquitectura regional (SERBÍN, 2010, p. 16).

Assim, vislumbra-se no regionalismo pós-liberal o delineamento de um processo regional com características próprias da América Latina, com forte cunho discursivo no fortalecimento da autonomia da região. Tendo em vista a presença constante dos Estados Unidos na política da região, Serbín (2010, p. 01) aponta que há uma "redefinición de un espacio sudamericano caracterizado por la exclusión explícita de EEUU". Isso fica claro a partir da primazia da agenda política tendo foco na questão das dimensões sociais, diminuição das assimetrias entre nível de desenvolvimento dos Estados, estabelecimento de acordos para além do cunho comercial, inserção de movimentos sociais e de setores da sociedade civil como sujeitos que questionam o ordenamento vigente no cenário internacional e precisam ser ouvidos.

Tais mudanças na agenda da integração latino-americana representam avanços, entretanto não rompem os desafios para sua consolidação. O surgimento do regionalismo pós-

²⁴ Como visualiza-se a partir da inserção de novos atores nos processos integrativos, como os movimentos sociais por meio da ALBA. “El 28 de abril, como parte de la declaración final de la Cumbre de Jefes de Estado y Gobierno del ALBA y del tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA-TPC), se estableció el Consejo de Presidentes del ALBA, conformado por Cuba, Bolivia, Nicaragua y Venezuela, *como una estructura permanente del organismo que incluye una Secretaría y un Consejo de Movimientos Sociales del ALBA, ‘el cual permitirá que los movimientos sociales estén representados y se incorporen al mecanismo de integración regional’.*” (SERBÍN, 2011, p. 131, grifo nosso)

liberal não significa o término dos processos do regionalismo aberto. Mesmo em declínio, esse segundo ciclo ainda permanece através dos Tratados de Livre Comércio (TLC) estabelecidos entre Estados Unidos e países da América Latina e por meio de acordos bilaterais, que são empecilhos para a consolidação dos processos de integração regional de cunho pós-liberal.²⁵ Os elementos disponíveis para análise até o presente momento apontam que a existência de um novo ciclo chamado regionalismo pós-liberal e, ao mesmo tempo, indicam a necessidade de criação de mecanismos inéditos no cenário internacional para a sua consolidação.

Estudiosos como Sanahuja, apontam que processos integrativos como a ALBA e UNASUL não podem ser consideradas iniciativas de integração no sentido clássico do termo, pois o período que vivemos contemporaneamente configura uma transição que não apresenta modelos claros, assim não estaria em curso uma nova etapa de integração, para este autor (SANAHUJA, 2009, p. 24).

Entretanto, Serbin (2012), apontando também as caracterizações de outros autores que consideram o momento de regionalismo pós-neoliberal e regionalismo pós-hegemônico, e o analisam por uma perspectiva mais positiva, conferindo uma maior pluralidade à compreensão desse momento. Diante do momento de transição apontado pelos autores que delinea o ciclo do regionalismo pós-liberal, existe claramente elementos que possibilitam sua identificação a partir dos arranjos regionais ascendentes como o da ALBA e da UNASUL, mas que não apontam necessariamente sua consolidação. Ou seja, visualizando um novo modelo que desafia o padrão de integração até agora em pauta, reintegrando Cuba aos processos integrativos, retirando a centralidade dos Estados Unidos para a região e o fortalecimento da autonomia regional frente o cenário internacional, fica demonstrado a importância do regionalismo pós-liberal, ao menos, como alternativa aos modelos integrativos tradicionais.

Assim, diante da emergência desse novo ciclo de regionalismo na América Latina, no próximo capítulo buscaremos analisar como a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TPC) se insere nos elementos teóricos que caracterizam esse novo ciclo, visualizando as suas possibilidades e limites, com base em

²⁵ Como aponta Sanahuja, sobre as limitações dos TLCs “Como instrumentos de derecho internacional, los TLC priman sobre las normas internas, lo que puede generar mayor estabilidad y confianza de cara a los actores externos, pero también suponen menor autonomía para las políticas de desarrollo. Además, debido a la naturaleza asimétrica de las negociaciones, pueden dar lugar a resultados desequilibrados a favor de los países avanzados.” (SANAHUJA, 2009, p. 21, grifo nosso).

dados documentais e nos elementos constitutivos da realidade de reordenamento das relações internacionais latino-americanas.

3 A ALIANÇA BOLIVARIANA PARA OS POVOS DE NOSSA AMÉRICA – TRATADO DE COMÉRCIO DOS POVOS (ALBA-TCP): expressão de um modelo de regionalismo pós-liberal?

O presente capítulo tem como objetivo refletir acerca da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TPC), enquanto um arranjo integrativo que emerge como processo do ciclo do regionalismo pós-liberal. Para tal, é importante compreender a ALBA-TPC como uma das alternativas expressas no reordenamento do cenário político da América Latina, no limiar do século XXI, ligada ao projeto político latino-americanista, protagonizado pela Venezuela. Neste sentido, faz-se necessário compreender as principais características que delineiam a política externa da República Bolivariana da Venezuela, a partir do governo Chávez, diante do vínculo do projeto político da ALBA à política externa venezuelana.

De tal forma, descrever-se-á a emergência da ALBA-TCP como fruto da política externa venezuelana (3.1) e, posteriormente, proceder-se-á uma análise da ALBA-TPC enquanto processo integrativo do regionalismo pós-liberal, analisando o projeto político, ideológico e econômico presente em sua agenda para a América Latina, com o objetivo de apreender suas possibilidades, seus desafios e seus limites (3.2).

3.1 A ALBA-TCP como expressão da Política Externa Venezuelana

Nas mudanças em curso na América Latina - já descrito no levantamento das transformações das relações latino-americanas contemporâneas e na caracterização do ciclo do regionalismo pós-liberal – a ascensão de Chávez representa, segundo esta análise, uma síntese dos processos pelos quais a região vem passando, na busca por autonomia regional, tentativa de diminuição da dependência dos Estados Unidos, maior protagonismo do Estado em relação ao mercado, na busca pelo desenvolvimento e na equidade social, entre outros processos em curso.

Chávez foi eleito presidente da Venezuela e iniciou sua gestão presidencial em 1999, após um período de trinta anos, no qual predominou o Pacto de *Punto Fijo*, que garantiu certa estabilidade democrática ao Estado venezuelano durante a segunda metade do século XX. Ao tratar do período em questão, Villa ressalta que:

Qualquer análise que se faça sobre a Venezuela democrática, que se inicia em 1958, após a queda da ditadura de Marcos Peres Jiménez, compartilha a ideia de que o sistema democrático venezuelano, operado entre os anos de 1958 e 1989, tinha como base de sua estabilidade um “pacto populista de conciliação” de elites, assim

denominado no clássico trabalho de Juan Carlos Reis (1980, p. 315). A expressão material e institucional desse pacto de conciliação foi o chamado Pacto de Punto Fijo (VILLA, 2005, p. 01).

Entretanto a crise do *puntofijismo*, a partir da década de 80, influenciada pela crise econômica que atingiu grande parte dos países latino-americanos e pela adoção das medidas neoliberais, leva ao enfraquecimento do sistema democrático venezuelano, desmoralizando a instituição presidencial.

Dessa forma, a centralidade do Executivo volta a ter proeminência na política doméstica e internacional da Venezuela, com a ascensão de Chávez, graças à grande aceitação popular em torno de sua figura – a partir de mudanças efetivas realizadas em seu governo. Como aponta Villa (2005), no governo Chávez, a mudança institucional, que remonta à Constituição de 1961, a transformação do parlamento de bicameral para unicameral, a eleição dos juízes, e, sobretudo, o esvaziamento do antigo sistema bipartidário, indicam uma “forte preferência por uma administração das mudanças através de meios democráticos” (VILLA, 2005, p. 160).

Tais medidas foram efetivadas, principalmente, em razão de dois fatores determinantes. O primeiro deles foi o grande apoio das massas ao governo chavista, que no final do primeiro mandato obteve 70% de aprovação; já o segundo está ligado ao uso da figura de Simón Bolívar como fonte legitimadora de suas ações. Rafael Duarte Villa constrói uma argumentação em torno do uso do bolivarianismo por Chávez, que nos permite esclarecer a seguinte questão:

O uso estratégico dos símbolos da nacionalidade, com destaque para o uso do discurso e do legado bolivariano, adquire no projeto de Chávez certa singularidade. A figura de Bolívar permite que tal símbolo da nacionalidade venezuelana se transforme em uma espécie de fonte de legitimidade e de autoridade do ator político individual – Hugo Chávez. A recuperação do discurso bolivariano, em um país onde a figura e o exemplo de Bolívar continuam moldando muito a nacionalidade venezuelana, tem uma eficácia política importante, na medida em que oferece a um discurso abstrato um sentido concreto. Chávez tem feito do discurso bolivariano um instrumento concreto de ação política. Assim sendo, o discurso bolivariano deixa de ser só um elemento supra-histórico aglutinador da nacionalidade venezuelana, transformando-se em um instrumento concreto de política, em nome da qual se pretende combater a imensa corrupção das instituições venezuelanas, em nome da qual se justifica o ataque frontal aos partidos tradicionais e se ameaça fechar instituições como o Congresso e o judiciário (VILLA, 2005, p. 160).

A utilização do símbolo de Simón Bolívar não está limitada ao âmbito nacional. Na política externa venezuelana é possível perceber o fenômeno de *spill over*²⁶ da concepção

²⁶ A definição do fenômeno *spill-over*, inicialmente trabalhada por Enerst Hass, é sintetizada por Hirst: “O *spill-over* pressupõe a existência de um núcleo funcional que dá origem à integração regional, porque ele contém uma

bolivariana de integração regional que carrega em seu cerne o projeto político latino-americanista. Assim, o pensamento bolivariano é utilizado por Chávez, na tentativa de concretizar o ideal da unidade latino-americana aos demais países da região. O papel da Venezuela dentro do cenário internacional, principalmente no que tange as relações no âmbito da América Latina, vem ganhando relevância. Hugo Chávez torna-se uma figura política importante nas relações internacionais latino-americanas, por sua postura ideológica firme, como ocorreu na 4ª Cúpula das Américas, na qual o projeto da ALCA foi engavetado por meio da articulação da Venezuela e países do Mercosul, protagonizado por Chávez. Como diz André Serbin:

As aspirações de Chávez no plano internacional nunca estiveram ocultas(...) a aspiração a se converter pessoalmente em um dos artífices deste novo sistema internacional e em um dos grandes líderes do mundo do século XXI, seguindo os passos de Simon Bolívar, figura de forte enraizamento no imaginário popular venezuelano (SERBIN In: AYERBE, 2009, p. 127).

Nesta perspectiva, o projeto político chavista para o âmbito doméstico, também se expressa na formulação da política externa de seu governo. Renata Peixoto de Oliveira (2012) analisa a política externa do governo Chávez, a partir do conteúdo da Constituição Bolivariana de 1999, no que tange ao Ministério do Poder Popular das Relações Exteriores. Nela, destaca que a ênfase recai, principalmente, sobre o respeito à soberania nacional, respeito aos tratados internacionais e ênfase à integração regional. Sobre os processos integrativos, a autora aponta um aprofundamento com a questão se comparados os artigos da Constituição de 1961 e a Constituição de 1999. Na Constituição Bolivariana, fica demonstrada a preocupação em fomentar arranjos regionais. A autora destaca o artigo 153 da nova Constituição que diz respeito à integração regional, no qual fica claro o foco em promover a integração latino-americana e caribenha para além do cunho econômico, respeitando a soberania nacional e na busca do desenvolvimento comum dos Estados da América Latina, características intrínsecas ao ciclo do regionalismo pós-liberal:

Artículo 153: La República promoverá y favorecerá la integración latinoamericana y caribeña, en aras de avanzar hacia la creación de una comunidad de naciones, defendiendo los intereses económicos, sociales, culturales, políticos y ambientales de la región. La República podrá suscribir tratados internacionales que conjuguen y coordinen esfuerzos para promover el desarrollo común de nuestras naciones, y que garanticen el bienestar de los pueblos y la seguridad colectiva de sus habitantes. Para estos fines, la República podrá atribuir a organizaciones supranacionales, mediante tratados, el ejercicio de las competencias necesarias para llevar a cabo estos procesos de integración. Dentro de las políticas de integración y unión con Latinoamérica y el

capacidade autônoma de provocar estímulos integracionistas, incorporando ao longo de seu trajeto novos atores e setores relevantes” (HIRST *apud* MARIANO, 1995, p. 07).

Caribe, la República privilegiará relaciones con Iberoamérica, procurando sea una política común de toda nuestra América Latina. Las normas que se adopten en el marco de los acuerdos de integración serán consideradas parte integrante del ordenamiento legal vigente y de aplicación directa y preferente a la legislación interna (VENEZUELA, 1999 *apud* OLIVEIRA, 2012, p. 64-5).

Assim, a política externa venezuelana na Era Chávez passa a ter um caráter de enfrentamento às relações de dominação externa e a difundir um projeto latino-americanista, de forma mais efetiva, após o referendo de 2004, mesmo ano de fundação da ALBA-TCP. Segundo Sanahuja (2009), o referendo revocatório configurou um ponto de inflexão ideológica e política para o governo Chávez. Isso porque, houve o lançamento do “novo plano estratégico” em 2004 que delinea o “Socialismo do século XXI”, conduzindo a uma política exterior mais radicalizada.

Sanahuja (2009) destaca os objetivos do projeto bolivariano de política externa. O primeiro seria a construção de uma nova geopolítica internacional, pelo instrumento do multilateralismo, com objetivo de enfrentar a hegemonia dos Estados Unidos. O segundo ponto seria a constituição de um bloco de poder sul-americano, com articulações com a África e a Ásia. Os processos integrativos de cunho pós-liberal representariam um instrumento para formação desse bloco de poder contra-hegemônico do Sul. Neste ponto, a ALBA-TCP se destaca como processo integrativo, protagonizado pela Venezuela que viria a transcender a concepção neoliberal e puramente comercial, típica dos processos integrativos do ciclo do regionalismo aberto. Assim, o autor levanta as principais características da proposta de integração da política externa venezuelana:

Esa integración alternativa promoverá el 'comercio justo' eliminando las asimetrías y buscando el equilibrio de las partes; u estará basada en los principios de cooperación, complementariedad, solidaridad y reciprocidad, así como en el respeto de la soberanía de cada país. En particular, el Plan de Desarrollo 2007-2013 especifica que para ello se impulsará la construcción de un 'nuevo Mercosur', el impulso 'selectivo' del ALBA a partir del 'eje' Venezuela-Cuba-Bolivia, u la autonomía financiera, mediante un 'sistema financiero del sur'. En textos posteriores se precisa esta estrategia, identificando tres vectores de integración en América Latina y el Caribe: la 'visión convencional' basada en la convergencia del Mercosur y la CAN conforme a las reglas del mercado; los países 'opuestos a la integración', firmantes de TLC con Estados Unidos y la 'propuesta alternativa' del ALBA, que aspira a 'trascender' el Mercosur y la CAN. Finalmente, el proyecto bolivariano busca la 'Diplomacia de los Pueblos'. Este concepto, lanzado en la contra-cumbre de Mar del Plata (Argentina), en noviembre de 2005, alude a la incorporación de los movimientos sociales a la integración, como complemento, más que como sustituto de la diplomacia tradicional, evitando el 'elitismo' que los ha caracterizado (SANAHUJA, 2009, p. 26).

Percebe-se, assim, que a política externa venezuelana indica a presença de diferentes projetos políticos nos arranjos integrativos, como foi debatido no capítulo anterior, ao delinear

os três vetores de integração da América Latina e do Caribe. O projeto dos Estados Unidos, contido nas propostas do regionalismo aberto e vigente na região pelos Tratados de Livre Comércio (TLC), que a Venezuela se opõe, os arranjos regionais convencionais e a proposta da ALBA-TCP. Nesse sentido, na disputa entre os projetos políticos para a América Latina, Cláudio Katz (2010) argumenta que:

[...] na América Latina se verifica uma tendência generalizada à concepção de programas nacionais em termos regionais. Essa atitude também predomina entre as organizações populares, que percebem a possibilidade de avaliar suas reivindicações em uma escala regional. Esse novo espírito permite que se encare o debate sobre a Alca, o Mercosul e a Alba como reformulações regionalistas do socialismo. Os três projetos de integração que vemos atualmente incluem propósitos estratégicos de relançamento do neoliberalismo (Alca), regulação do capitalismo regional (Mercosul) e gestão de formas de cooperação solidárias compatíveis com o socialismo (Alba) (KATZ, 2010, p. 57).

Neste sentido, a ALBA-TCP é resultado do projeto bolivariano, como fica claro no “término bolivariano identifica tanto al ALBA como al régimen prevaleciente en Venezuela. Esta coincidencia ilustra la directa ligazón que existe entre una experiencia política nacional y su proyección regionalista” (KATZ, 2006, p. 65). Assim, a ALBA foi uma proposta apresentada no ano de 2001, formulada pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez, na *III Cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno de la Asociación de Estados del Caribe* que, segundo as próprias palavras de Chávez, define-se como:

(...) una propuesta para construir consensos para repensar los acuerdos de integración en función de alcanzar un desarrollo endógeno nacional y regional que erradique la pobreza, corrija las desigualdades sociales y asegure una creciente calidad de vida para los pueblos. La propuesta del ALBA se suma al despertar de la conciencia que se expresa en la emergencia de un nuevo liderazgo político, económico, social y militar en América Latina y El Caribe. Hoy más que nunca, hay que relanzar la unidad latinoamericana y caribeña (CHÁVEZ AYERBE, 2008, p. 243).

Em 14 de dezembro de 2004 se realiza em Havana, Cuba, a Primeira Cúpula da ALBA. Chávez e Fidel firmam a Declaração Conjunta para sua criação, bem como o acordo de aplicação da ALBA. No ano seguinte, ocorre a Segunda Cúpula da ALBA. Já em 2006, a Terceira Cúpula, na qual Evo Morales, presidente da Bolívia, adere ao projeto e propõe o *Tratado de Comercio de los Pueblos*²⁷, firmado nessa ocasião. Atualmente, a ALBA é composta por nove países membros: Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua, Dominica,

²⁷ Para mais informações, ver documento de constituição do Tratado de Comercio de los Pueblos: Acuerdo Para La Aplicación De La Alternativa Bolivariana Para Los Pueblos De Nuestra América Y El Tratado De Comercio De Los Pueblos. Disponível em: <<http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=516>>

Equador, San Vicente y las Granadinas, Antigua y Barbuda e Santa Lúcia. Em seus princípios consta que:

El ALBA se sustenta en los principios de solidaridad, cooperación genuina y complementariedad entre nuestros países, en el aprovechamiento racional y en función del bienestar de nuestros pueblos, de sus recursos naturales -incluido su potencial energético-, en la formación integral e intensiva del capital humano que requiere nuestro desarrollo y en la atención a las necesidades y aspiraciones de nuestros hombres y mujeres (V Cumbre del ALBA, 2007).

Assim, visualiza-se que a ALBA-TCP tem como propósito fundamental unir as capacidades dos países que a integram, na perspectiva de produzir as transformações estruturais e o sistema de relações necessárias para alcançar o desenvolvimento integral nos diversos campos de atuação, como: cultura, educação, saúde, ciência e tecnologia, meio ambiente, indústria, infraestrutura, telecomunicação e turismo.

A Venezuela celebrou a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP) – apresentada por Chávez como uma manifestação histórica das forças progressistas da Venezuela e de seus parceiros para demonstrar que outra América é possível. Sua retórica era construir uma integração latino-americana com ênfase na luta contra as desigualdades sociais, enquanto as propostas do projeto político estudunidense para a região só aprofundariam as dificuldades dos povos latino-americanos, como fica claro na análise da crise do regionalismo aberto, a partir do questionamento de sua viabilidade para fomentar o desenvolvimento nos âmbitos sociais, educacionais e da saúde dos Estados latino-americanos (SANAHUJA, 2009). Foi essa a leitura do regionalismo da América Latina que orientou Chávez em sua retirada da Comunidade Andina das Nações (CAN) – e na quase simultânea solicitação de sua adesão ao MERCOSUL.

Inicialmente a articulação da ALBA-TPC se configurou enquanto uma estratégia, protagonizada por Cuba e Venezuela, para contrapor-se ao plano da ALCA, que reforçaria as relações de dominação externa na região, a partir do aprofundamento das medidas neoliberais nas economias latino-americanas, pela formação de uma zona de livre comércio.

Assim, o caráter da ALBA-TCP de resistência ao projeto político estadunidense para a América Latina está expressa no episódio histórico das relações internacionais no qual a proposta da Área de Livre Comércio das Américas foi rechaçada. Na 4ª Cúpula das Américas, ocorrida em Mar del Plata²⁸, em novembro de 2005, o presidente George W. Bush se retirou

²⁸ No que tange ao fato da Cúpula das Américas em 2005, Serbín considera que: “Paradójicamente la Cumbre de Mar del Plata marca un punto de inflexión no solo de polarización entre dos esquemas [ALCA e CAN], sino

antes do encerramento da cúpula. A articulação entre alguns Estados latino-americanos – Venezuela e os Estados membros do MERCOSUL - demonstrou que a unidade na ação política foi o instrumento para garantia dos interesses da região no cenário internacional. Destarte, a aprovação da proposta da ALCA foi adiada e não foram estabelecidos prazos para discutir a efetivação da proposta, como ansiava o presidente estadunidense, Bush. O documento final da 4ª Cúpula das Américas registrou o impasse na implementação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). No artigo 19:

19. Reconhecendo a contribuição que a integração econômica pode efetuar para a realização dos objetivos da Cúpula de criar trabalho para enfrentar a pobreza e fortalecer a governabilidade democrática:

A. Alguns membros sustentam que devemos levar em conta as dificuldades do processo de negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e reconhecer a contribuição significativa que os processos de integração econômica e a liberalização do comércio nas Américas podem e devem fazer para atingir os objetivos da Cúpula de criar trabalho para enfrentar a pobreza e fortalecer a governabilidade democrática. [...]

B. Outros membros sustentam que ainda não existem as condições necessárias para conseguir um acordo de livre comércio equilibrado e equitativo, com acesso efetivo dos mercados, livre de subsídios e práticas de comércio distorcidas e que leve em conta as necessidades e sensibilidades de todos os parceiros, bem como as diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias (DECLARAÇÃO DEL MAR DEL PLATA, 2005, p. 04-05).

Assim, se analisarmos a ascensão da figura chavista no cenário regional da América Latina, podemos equiparar a ALBA a uma consequência da política externa venezuelana, que possibilita a projeção internacional da Venezuela enquanto liderança da região latino-americana e a tentativa de consolidação do projeto bolivariano internacionalista. Segundo Serbin, junto aos demais propósitos da agenda da ALBA:

(...) também se soma a eles, de maneira menos explícita, a aspiração de se converter pessoalmente em um dos artífices deste novo sistema internacional e em um dos grandes líderes do mundo do século XXI, seguindo os passos de Simón Bolívar, figura forte e enraizada no imaginário popular venezuelano (SERBIN in: AYERBE, 2008, p. 128).

A ALBA-TCP adquire um perfil diferenciado dos demais processos integrativos do sistema internacional, pois não possui em sua centralidade a constituição de um processo integrativo de cunho eminentemente econômico. Isso não quer dizer que a ALBA-TCP exclui a importância da dimensão econômica para a sua consolidação. Entretanto, seu histórico demonstra que não segue as cinco etapas previstas para o avanço de uma integração

también la no muy subrepticia irrupción de una nueva propuesta de integración de características innovadoras e inicialmente poco precisas, la Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA) [...]” (SERBÍN, 2012, p. 128-9).

econômica. Como expõe Menezes e Penha Filho (2006, p. 01) “existe uma espécie de escala ou gradação para definir as características ou a profundidade de uma integração econômica”. Após o estabelecimento de acordo preferenciais de tarifas entre países, as etapas da integração econômica seriam: 1) constituição de uma área de livre comércio; 2) união aduaneira, que constitui a área de livre comércio acrescida de uma tarifa externa comum; 3) mercado comum, no qual eliminam-se as barreiras de comércio, adota-se a tarifa externa comum, mais a livre circulação de capital, serviços e mão de obra; 4) união monetária ou econômica, na qual há a criação de uma moeda comum; 5) união política, que pressupõe a união econômica acrescida da adoção de instituições políticas únicas.

A ALBA-TCP estabelece-se como um arranjo regional que demanda outros mecanismos analíticos para compressão do seu processo. Isso porque, tem em seu cerne a cooperação entre os Estados com foco na complementaridade de suas potencialidades, tendo a solidariedade dos países enquanto princípio essencial. Suas particularidades e possibilidades serão analisadas a seguir.

É importante observar o protagonismo venezuelano na ALBA como um elemento de inflexão em relação à ordem vigente no cenário internacional e, como a estrutura da economia doméstica desse país pode influenciar nos rumos desta Aliança Bolivariana. Como argumenta Katz (2006):

Es importante registrar que la convocatória al ALBA proviene de un país com recursos económicos y significado político zonal. No emana de una nación pobre, alejada o insular, sino de um gobierno com gran capacidade de intervención en el efervescente clima que se observa en Latinoamérica” (KATZ, 2006, p. 67).

Ou seja, a posição política de destaque da Venezuela na América Latina, contemporaneamente, e seu potencial econômico pela sua economia petroleira, permite visualizar possibilidades de avanço para a ALBA-TCP, nas quais a Venezuela terá papel protagonista no sentido de financiar as políticas cooperativas e na mediação diplomática dos acordos estabelecidos. Por isso, a importância de compreender a conexão existente entre a Venezuela e a constituição da ALBA, já que o mesmo projeto político latino-americanista da política externa venezuelana está expresso na agenda deste arranjo regional.

3.2 ALBA-TCP enquanto processo integrativo de cunho pós-liberal: possibilidades, desafios e limites.

Analisar a ALBA-TCP enquanto projeto integrativo de cunho pós-liberal se coloca como um desafio, diante dos processos recentes que delineiam toda a América Latina e do

instrumental teórico diferenciado que demanda a análise desse arranjo regional. Isso porque, como dito anteriormente, não cabe analisar a ALBA-TCP pelo arsenal teórico da integração que considera cinco etapas a serem seguidas pela integração puramente econômica. Como projeto nascente em um cenário de mudanças na América Latina, os apontamentos sobre as experiências até agora estabelecidas no âmbito da ALBA-TCP servirão para reflexão sobre as possibilidades de avanço do processo integrativo, seus desafios e seus limites no contexto de uma economia capitalista globalizada.

Assim, a ALBA-TCP é caracterizada por autores como Sanahuja (2009) e Serbín (2010) como um processo integrativo de cunho pós-liberal. A sua formação vem no sentido contrário do que as teorias hegemônicas de integração preconizam enquanto mais seguro e passível de sucessibilidade. Enquanto as teorias hegemônicas defendem os cinco degraus sucessivos dos processos de integração - começando pelas zonas de livre-comércio - a ALBA concebe a integração sociopolítica enquanto pilar fundamental e o comércio passa a ser apenas uma característica sintomática dessa integração, como acontece com o TCP²⁹. Neste sentido, a ALBA apresenta-se como uma proposta que se opõe a ALCA, enquanto modelo neoliberal de integração para a região. Nas palavras de Altmann (2008):

La visión del presidente venezolano Hugo Chávez sostiene que, si bien los países de América Latina coinciden en los fundamentos de la integración regional, carecen de una estrategia adecuada para implementarla, además de la necesidad de que los proyectos de integración “dejen de servir al imperialismo y a las oligarquías nacionales” y pasen a ser un instrumento para el desarrollo económico de los sectores sociales de los pueblos latinoamericanos. El ALBA, a pesar de su carga ideológica, merece ser analizado. Desde su anuncio en diciembre de 2001 ha adquirido forma en los programas de gobierno de Venezuela, especialmente por su vinculación con las estrategias para el desarrollo definidas en el Plan Nacional de Desarrollo 2001-2007, que especifica cinco equilibrios: social, económico, político, territorial e internacional. Es así como el gobierno de Chávez persigue un tipo de desarrollo endógeno, tanto nacional como regional (ALTEMANN, 2008, p. 02).

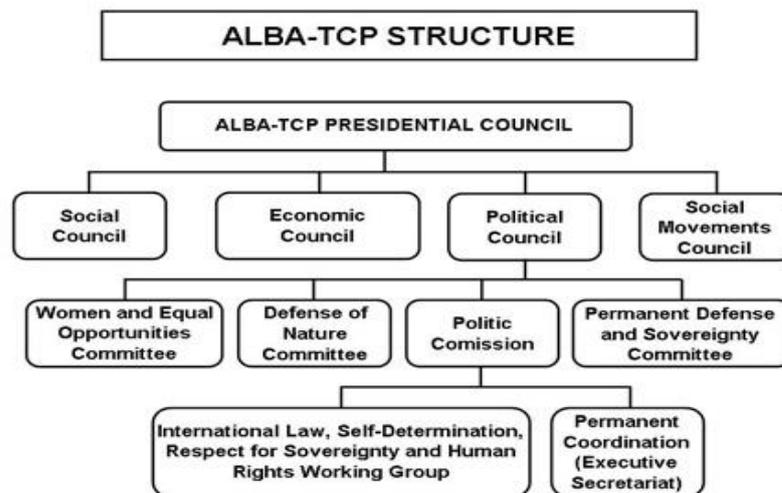
Assim, a ALBA-TCP configura-se enquanto processo pós-liberal, por definição, no momento em que surge da própria contradição gerada pelos processos de liberalização comercial, de forma dialética, sendo a negação do paradigma vigente anteriormente. Desencadeado pelos problemas enfrentados pelos povos latino-americanos na década de 1990 frente as políticas neoliberais, a negação ao projeto da ALCA é um sinal de que o neoliberalismo já encontrava grandes limites para se colocar enquanto projeto econômico

²⁹ O TCP é o Tratado de Comércio dos Povos adicionado a sigla da ALBA, importante ressaltar que o TCP é uma extensão comercial da ALBA mas não é um tratado de livre-comércio.

viável para a América Latina. Assim, a ALBA-TCP, que é parte deste mesmo processo de desconstrução, é uma ferramenta de enfrentamento ao paradigma neoliberal.

A agenda da ALBA apresenta os oito elementos que Sanahuja descreve, caracterizando o regionalismo pós-liberal. O foco na agenda política, a resistência à ofensiva neoliberal e, em destaque, a tentativa de ampliação da participação social nos processos integrativos. Este último constitui a *diplomacia de los pueblos* como parte da política externa da Venezuela. A diplomacia dos povos tem como objetivo a inserção dos movimentos sociais e da sociedade civil no processo de debate sobre os rumos da política externa e da integração latino-americana. Como visualiza-se no organograma (FIGURA 1) da estrutura da ALBA-TCP, o Conselho de Movimentos Sociais estrutura-se ao lado dos demais Conselhos, sem haver hierarquia em sua estrutura organizacional. Fora isso, há a Articulação dos Movimentos Sociais da ALBA³⁰, que se organizam anualmente nas Assembleias Continentais dos Movimentos Sociais da ALBA.

FIGURA 01: Estrutura da ALBA-TCP



Fonte: STRUCTURE AND FUNCTIONING ALBA-TCP, 2009.

Isso demonstra a preocupação em constituir um processo de diplomacia dos povos, na busca de inserir o povo enquanto protagonista no processo de formulação dos processos integrativos e que as propostas deliberadas sirvam para fomentar a ALBA-TCP enquanto

³⁰ Definição da Articulação de Movimentos Sociais da ALBA presente no sítio oficial: <<http://www.albamovimientos.org/%C2%BFque-es/>>. “La Articulación de Movimientos Sociales hacia el ALBA es una propuesta de integración continental antiimperialista, antineoliberal y antipatriarcal, impulsada por movimientos de base social organizada y con capacidad de movilización popular, que luchan por la igualdad, la libertad y una auténtica emancipación de la región.”

instrumento potencializador na garantia dos direitos sociais da população dos Estados-membros. A esse respeito Serbín ressalta que:

El 28 de abril de 2007, como parte de la declaración final de la Cumbre de Jefes de Estado y Gobierno del ALBA y del tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA-TPC), se estableció el Consejo de Presidentes del ALBA, conformado por Cuba, Bolivia, Nicaragua y Venezuela, como una estructura permanente del organismo que incluye una Secretaría y un Consejo de Movimientos Sociales del ALBA, ‘el cual permitirá que los movimientos sociales estén representados y se incorporen al mecanismo de integración regional (SERBÍN, 2011, p. 131).

Ao configurar-se como um projeto integrativo que tem como princípio a complementaridade e a solidariedade em diversas áreas, no âmbito da ALBA-TCP se estabelece um leque diferenciado de processos cooperativos visando complementar as demandas de um Estado, a partir do que os demais Estados possam.

No campo energético, pelos Estados membros trataram-se de países em desenvolvimento, há uma grande carência no que tange à suficiência energética. Como a Venezuela é um país de economia petroleira, estabelece uma série de acordos de fornecimento de petróleo aos Estados-membros da ALBA-TCP a baixo custo, com foco na complementaridade. Como demonstram os dados retirados do sítio oficial da ALBA-TCP, no ano de 2009, os principais itens que configuraram as trocas intrabloco foram combustíveis, minerais e lubrificantes (24%) e produtos alimentícios (24%) e as trocas comerciais intra ALBA-TCP totalizaram em 4.352 milhões de dólares (COMÉRCIO INTRABLOCO ALBA-TCP, 2009). A predominância de combustíveis e alimentos demonstra a grande dependência da economia da maioria dos Estados latino-americanos, no que tange à área energética e ao setor alimentício.

Sobre a dependência energética e a estratégia da ALBA-TCP para superá-la, Katz (2006) argumenta que:

El objetivo es ampliar la autonomía energética para garantizar la independencia económica de la región. Mediante el autoabastecimiento se podría reorientar la actividad productiva y contrarrestar las presiones disgregadoras que ejercen grupos capitalistas hostiles a la integración. La meta es sustituir el modelo exportador de combustible (hacia el mercado norteamericano o internacional) por un esquema de utilización concertada (KATZ, 2006, p. 70).

Assim, a troca intrabloco pode diminuir essa dependência da exportação dos países centrais na área energética e alimentícia, estabelecendo uma rede de trocas regionais na tentativa de gerar a autossuficiência dessas economias, ao invés de propagar as relações de dependência com a produção das economias centrais.

No âmbito econômico, o intercâmbio cooperativo comercial também se estabelece também por meio do *Tratado de Comercio de los Pueblos*. Este tratado é instituído a partir da iniciativa de Evo Morales, presidente da Bolívia, em 2006, na cidade de Havana. O *Acuerdo para la aplicación de la alternativa bolivariana para los pueblos de nuestra América y el Tratado de Comercio de los Pueblos* apresenta no artigo 02 as bases sobre as quais se desenvolvem as relações de cooperação econômica do Tratado:

los países elaborarán un plan estratégico para garantizar la más beneficiosa complementación productiva sobre bases de racionalidad, aprovechamiento de ventajas existentes en los países, ahorro de recursos, ampliación del empleo, acceso a mercados u otra consideración sustentada en una verdadera solidaridad que potencie nuestros pueblos (ACORDO PARA LA APLICACIÓN..., 2006).

Assim, a ALBA-TCP opõe-se ao modelo do regionalismo aberto que tem como cerne a adoção de medidas neoliberais, como diminuição dos gastos sociais, controle dos sindicatos, disciplina orçamentária, reformas fiscais e liberalização comercial (ANDERSON In: SADER, 1995). Na ALBA-TCP, a visão sobre o papel da integração para potencializar o desenvolvimento econômico dos Estados está vinculado ao intercâmbio comercial cooperativo (KATZ, 2006).

Os principais exemplos se dão pelos acordos cooperativos entre a Venezuela e Cuba, que estabelecem cooperação com objetivo de sanar lacunas de cada um dos Estados no que tange aos instrumentos para garantia dos direitos sociais da população, com base no princípio de complementaridade da ALBA-TCP. Assim, se criam convênios no âmbito econômico com o objetivo de atender as demandas das classes populares, dando sentido ao próprio nome do processo integrativo, uma aliança “para os povos” de nossa América. Acerca dos convênios Cuba-Venezuela, Claudio Katz (2006) explica que:

Los convenios Cuba-Venezuela plasman la idea del intercambio solidario en tratados que establecen la retribución venezolana en petróleo por prestaciones cubanas en materia de salud (médicos, odontólogos, vacunación, instalación de clínicas) y educación (campañas de alfabetización). Estos acuerdos jerarquizan el campo de la salud y de la educación y demuestran cómo puede internacionalizarse la colaboración entre gobiernos, para desarrollar servicios públicos que favorezcan a la mayoría popular. Con estas prioridades, el ALBA indica un camino para colocar en primer plano la satisfacción de las necesidades básicas de la población latinoamericana (KATZ, 2006, p. 67-8).

Neste sentido, os intercâmbios de cooperação comercial se antagonizam aos processos de concessão verticalizada de créditos dos países desenvolvidos aos países subdesenvolvidos, típico no regionalismo aberto, que vem acompanhada de exigências neoliberais como a abertura dos mercados, redução dos direitos sociais, desregulamentação do trabalho e

privatizações. Destarte, o intercâmbio solidário estabelecido entre os Estados no âmbito da ALBA-TCP, a define como um projeto integrativo do cunho do regionalismo pós-liberal, a partir das características delineadas por Sanahuja (2009) para este ciclo, como o retorno da agenda de desenvolvimento, buscando superar os ditames neoliberais do Consenso de Washington, foco no desenvolvimento de segurança energética, por meio da concessão de petróleo da Venezuela aos países do bloco a preços subsidiados e a maior preocupação com as desigualdades no que tange ao desenvolvimento e às dimensões sociais, vinculando integração regional como instrumento para a diminuição da desigualdade e da pobreza.

Katz (2006) aponta que as experiências de intercâmbio solidário estabelecidas no âmbito da ALBA-TCP, principalmente entre Cuba e Venezuela, poderiam ser implementados em nível regional mais amplo. Tal possibilidade se concretizaria por meio da desconexão entre o preço dos bens e sua cotização no mercado nacional e internacional. O valor dos bens deveria se adequar às necessidades e ao que pode oferecer cada país da região.

Os resultados das iniciativas cooperativas estabelecidas no contexto da ALBA-TCP, em diversas áreas, na busca de potencializar o desenvolvimento dos Estados latino-americanos, podem ser visualizadas nos dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), divulgados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 2013. Neste sentido, Marun (2013) em estudo sobre os dados de Desenvolvimento Humano dos países latino-americanos divulgados pelo PNUD em 2013 indica o avanço no desenvolvimento humano dos Estados-membros da ALBA-TCP. Os dados demonstram que esse novo paradigma integrativo, de cunho do regionalismo pós-liberal, corrobora com o avanço no desenvolvimento humano dos Estados-membros, pela perspectiva de complementaridade com foco no desenvolvimento equitativo entre os países latino-americanos. No gráfico 1, há a média anual da taxa de crescimento do IDH entre 2010 e 2012 no qual Nicarágua, Venezuela e Cuba que lideram o índice de desenvolvimento humano (IDH), são Estados-membros da ALBA-TCP, fora o Equador em sexto lugar. Assim, Marin argumenta que a configuração do quadro:

[...] deixa claro que os países que despontam na evolução do desenvolvimento humano no continente são justamente aqueles alinhados ao redor da ALBA. Considerando o escopo adotado, enquanto os países pertencentes à ALBA tiveram a média de crescimento anual de **0,92** em seu IDH, o conjunto de países das Américas tiveram crescimento médio de **0,71**, e os da América Latina **0,75**. Claramente, governos que tomaram decisões mais arrojadas com relação à estatização de empresas, distribuição de renda, investimentos sociais e integração latino-americana baseada na complementaridade econômica e solidariedade foram justamente aqueles que experimentaram maior acréscimo em seu desenvolvimento humano (MARUN, 2013, p. 09)

GRÁFICO 01: Média anual da taxa de crescimento do IDH (2010 – 2012)



Fonte: MARUN, 2013.

Mesmo com os avanços acima apontados, as contradições que delineiam o processo de consolidação e de avanço da ALBA-TCP estão relacionadas ao seu cunho contra-hegemônico, de enfrentamento à ordem vigente, o que aponta para a necessidade de construção de novas alternativas ao modelo capitalista. Segundo Katz (2006), alguns promotores da ALBA-TCP caracterizam o projeto como anticapitalista, mas apontam dificuldades na consolidação de uma agenda com essa perspectiva, dúvida justificada por conta de que grande parte dos governos que participam da ALBA-TCP (à exceção de Cuba e o caráter da revolução bolivariana da Venezuela rumo ao “socialismo do século XXI”, mas ainda nas rédeas de um Estado burguês) serem capitalistas. Torna-se difícil estabelecer a luta da ALBA-TCP com caráter de disputa entre as classes dominadas e dominantes, pois estas compõem majoritariamente as elites que estão no poder do Estado, dos países-membros do arranjo regional. O desafio está no estabelecimento da mediação entre os interesses dos grupos capitalistas nacionais e da concretização dos objetivos efetivos da ALBA-TCP, mediação esta que é marcada pelo protagonismo dos oprimidos em prol da superação do *status quo*.

Entre os desafios para consolidação da ALBA-TCP e demais processos de integração da América Latina, há o papel do Executivo na formulação das políticas integrativas de modo determinante. Por mais que se efetive o avanço, no que tange à inserção dos movimentos sociais enquanto atores das relações internacionais latino-americanas no âmbito da ALBA-TCP, o projeto político deste arranjo integrativo ainda está fortemente vinculado à elaboração da política externa venezuelana, que advém das formulações deste Executivo. Isso se expressa na forte ligação entre a figura de Chávez (ex-chefe do Executivo) e a agenda da ALBA. É necessário exercitar de maneira expressiva a participação do Conselho de Movimentos Sociais na formulação das políticas da ALBA-TCP, para que se efetive de maneira cada vez mais concreta a “diplomacia dos povos”. Segundo Katz (2006),

La construcción del ALBA no debe seguir la norma paternalista de indicarle a cada pueblo cuál es el gobernante capitalista que le conviene aceptar en pos de la integración latinoamericana. Estas convocatorias suscitan la desconfianza popular, cualquiera sea la justificación que se exhiba (KATZ, 2006, p. 72).

As contradições presentes no processo de construção da ALBA-TCP têm de ser visualizados, para se articular estratégias para sua superação. Para consolidar a “diplomacia dos povos” e para que o processo integrativo tenha um verdadeiro caráter popular é necessário ter como cerne em sua agenda as lutas sociais dos povos latino-americanos, para consolidar-se uma efetiva integração popular latino-americana. “Pero sólo la expectativa de erradicar la opresión social convertiría a ese proyecto en un objetivo de las grandes mayorías” (KATZ, 2006, p. 84).

Entretanto, como referido anteriormente, os processos integrativos em curso na América Latina tem grande centralidade no Executivo e na consolidação dos interesses das classes dominantes. Por isso, a construção de um processo integrativo de caráter popular demanda um reordenamento profundo no cenário internacional latino-americano. Entretanto, o projeto latino-americanista não é pautado por todos os Estados da região, o que é um desafio para a consolidação das aspirações da ALBA-TCP.

As transformações em curso apontam para uma guinada à esquerda dos chefes de governo de alguns Estados latino-americanos, além do fortalecimento da participação dos movimentos sociais na construção de suas bandeiras de luta em nível regional. Tais acontecimentos possibilitam visualizar perspectivas para o avanço dos processos de cunho do regionalismo pós-liberal na América Latina, como a ALBA-TCP, mas com limitações claras para a efetivação de seu caráter anticapitalista, já que seus acordos e tratados são construídos

dentro dos marcos do capitalismo, e, fora Cuba, entre Estados de economias capitalistas, embora seu caráter anti-imperialista permaneça forte.

Contemporaneamente, entre as dificuldades encontradas para a consolidação da ALBA-TCP, os Tratados de Livre Comércio (TLC) entre Estados Unidos e países alinhados à política neoliberal - como Colômbia, Peru, Chile e México - representam a ofensiva estadunidense na região. Demonstra-se também, que o projeto político para a América Latina, delineado no regionalismo aberto, ainda está presente a partir da Aliança para o Pacífico. O bloco comercial, criado em junho de 2012 (formado por Colômbia, Peru, Chile, México e Costa Rica) possui um foco eminentemente comercial, sendo o assento de membro observador ocupado pelos Estados Unidos. Fatos que reafirmam que o projeto da Aliança para o Pacífico está diametralmente oposto ao projeto político latino-americanista presente na ALBA-TCP. Sua agenda possui dificuldades para avançar diante da disputa ainda presente de projetos integracionistas antagônicos para a região.

Além disso, há a disputa de diferentes projetos políticos para a região nos processos integrativos, como descrito no segundo capítulo deste trabalho. A ALBA-TCP representa um modelo alternativo que enfrenta os modelos de integração que reiteram as relações de dependência e exploração da região e tem como desafio a disputa na busca da hegemonia do projeto latino-americanista.

Além de assumir as pautas dos povos e as demandas dos movimentos sociais para fortalecer seu caráter de integração popular, as possibilidades para consolidação da ALBA-TCP podem ser visualizadas na flexibilização de sua agenda, a partir da associação com outros processos integrativos da América Latina, mesmo que estes apresentem projetos políticos de cunho diferenciado para a região. Isso porque, algumas lacunas tangentes ao campo econômico dos Estados-membros da ALBA-TCP, podem vir a ser complementadas a partir de relações intrabloco com o Mercosul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A retomada dos principais elementos da formação sócio-histórica da América Latina relacionados com as recentes iniciativas da região demonstra como os processos contemporâneos têm em seu cerne a busca da superação das relações de dependência estabelecidas desde o passado.

Diante do cenário de transição aqui apresentado, o presente trabalho pretendeu colaborar com o debate em torno dos processos de regionalismo em curso na região latino-americana, a partir dos seus novos objetivos e delineamentos. Desta percepção podemos concluir, diante das transformações hodiernas do cenário internacional, o espaço importante que a América Latina vem adquirindo na primeira década do século XXI. Além de que essa inserção não se dá pela mera aceitabilidade dos processos em curso, mas por meio do protagonismo dos Estados latino-americanos na busca por construção de alternativas de desenvolvimento e de autonomia.

Destarte, o ciclo do regionalismo pós-liberal configura-se como um dos processos em curso no reordenamento das relações internacionais latino-americanas, como parte dessa busca por alternativas de desenvolvimento para a região. Sua viabilidade enquanto alternativa aos modelos integrativos vigentes anteriormente é concreta, mas, como está em curso, não podemos apontar os elementos concretos que apontem para a sua consolidação.

Neste sentido, a partir do perfil diferenciado que configura a Aliança Bolivariana para as Américas – Tratado de Comércio dos Povos, no cenário de reconfiguração da América Latina que aponta o fortalecimento das forças progressistas da região, há maiores possibilidades para consolidação do projeto latino-americanista. Todavia, mesmo que o atual momento seja demarcado pelo avanço da esquerda, ainda existe a presença de outro projeto político na região – protagonizado pelos Estados Unidos e expresso nos arranjos do regionalismo aberto – os TLC e a Aliança para o Pacífico. Assim, conclui-se que a disputa entre os projetos para a região continua a existir, representando um desafio para a consolidação de um projeto de autonomia para a América Latina.

A ALBA-TCP tem importância destacada por ser a alternativa aos modelos integrativos que anteriormente não cumpriram com o papel de instrumento potencializador do desenvolvimento da América Latina. Visualiza-se um novo modelo que desafia o padrão de integração até agora em pauta, reintegrando Cuba aos processos integrativos, retirando a centralidade dos Estados Unidos para a região e aumentando o fortalecimento da autonomia

regional frente o cenário internacional. Tais apontamentos demonstram a importância do regionalismo pós-liberal, ao menos, como alternativa aos modelos integrativos tradicionais.

Por fim, pode-se afirmar que o momento pelo qual passa a América Latina e o ciclo do regionalismo pós-liberal, representa uma oportunidade para a inserção autônoma dos Estados na dinâmica do cenário internacional, na busca de findar as relações de dependência e exploração estabelecidas historicamente com a região. Sem se ter a possibilidade de apontar certezas sobre a concretização do processo do regionalismo pós-liberal, ainda em curso, afirma-se que tal ciclo constitui um novo paradigma de integração, o qual já existe e possui uma relativa consistência.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, J. **Alba**: ¿un proyecto alternativo para América Latina? Real Insitituto Elcano ARI N° 17, 2008.

ALVAREZ, M. **(Des)construção da identidade latino-americana**: heranças do passado e desafios futuros. In: Revista Intercâmbio dos Congressos de Humanidades. Brasília, UnB, 2010. Disponível em: <<http://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/231/427.pdf>>. Acesso em 20 jul. 2013.

ANDERSON, Perry. **Balanco do neoliberalismo**. In: SADER, Emir. Pós-neliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BERNAL-MEZA, Raúl. **América Latina en mundo**: el pensamiento latino-americano y la teoría de las relaciones internacionales. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2005.

BERNAL-MEZA, Raúl ; MASERA, Gustavo Alberto. **El Retorno del Regionalismo**. Aspectos políticos y económicos en los procesos de integración internacional. São Paulo, SP : Cadernos PROLAM, 2008. Disponível em : <www.usp.br/prolam/downloads/2008_1_7.pdf>. Acesso em 30 jun. 2013.

CARMO, Marcia. **Cúpula não resolve impasse entre EUA e Mercosul**. BBC Brasil, 06/nov/2005. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/11/051106_cupulabg.shtml>. Acesso em 20 ago. 2013.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: UNESP, 2004.

COMÉRCIO INTRABLOCO ALBA-TCP, 2009. Disponível em: <www.alba-tcp.org/public/images/Estadistica/Comerciointra.jpg>. Acesso em 21 ago. 2013.

DECLARAÇÃO DA V Cumbre del ALBA, 2007. Disponível em: <<http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=2080>>. Acesso em 13. ago. 2013

DECLARAÇÃO DEL MAR DEL PLATA, 2005, Disponível em <http://www.summit-americas.org/Documents%20for%20Argentina%20Summit%202005/IV%20Summit/Declaracion/Declaracion_POR%20IV%20Cumbre-rev.1.pdf>. Acesso em 20. ago. 2013.

DIETERICH, Heinz. **Der Sozialismus des 21. Jahrhunderts** – Wirtschaft, Gesellschaft und Demokratie nach dem globalen Kapitalismus. [S.l.: s.n.], 2008.

FERNANDES, Florestan. **Padrões de dominação externa na América Latina**. In: PÉRICAS, Luiz Bernardo (org.). América Latina: História, idéias e revolução. São Paulo: Xamã, 1998.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Lia, Editor S.A., 1969.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2010.

KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2007.

KATZ, Claudio. **El rediseño de América Latina: ALCA, MERCOSUR y ALBA**. 1ª ed. Buenos Aires: Luxemburg, 2006.

_____. **Socialismo ou novo-desenvolvimentismo?** In: CASTELO, Rodrigo (Org). Encruzilhadas da América Latina no século XXI. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

MARIANO, Karina L. P. O neoliberal institucionalismo: um modelo teórico para a integração regional. Cadernos CEDEC nº 50. São Paulo: Cedec, 1995. Disponível em: <http://www.cedec.org.br/files_pdf/CAD50.pdf>. Acesso em 20 ago. 2013

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesarrollo y revolución**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1970.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Livro I; Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MENDONÇA, M. G. & PIRES, M. C. **Formação econômica da América Latina**. São Paulo: LCTE, 2012.

MENEZES, Alfredo da Mota; PENNA FILHO, Pio. **Integração regional: Blocos Econômicos nas Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

MOREIRA, L; QUINTEROS, M; SILVA, A. **As relações internacionais da América Latina**. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 2010.

MARUN, Gustavo. **Cuba: números que gritam e números que enganam**. 2013. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1CoFW9EO0QTDC2OfPHputWnSTNYE3QwU5KVjb_1CRi1k/edit?pli=1#> Acesso em 25 ago. 2013

OLIVEIRA, Renata Peixoto de. **Política Externa do governo Chávez: seus principais fundamentos e objetivos**. In: MELO, F.; NOGUEIRA, S.; OLIVEIRA, R.; América Andina: integração regional, segurança e outros olhares. Campina Grande, PB: EDUEPB, 2012.

PÁDUA, Adriana Suzart de. **ALBA-TCP: uma cultura de integração regional alternativa para a América Latina?** Franca: [s.n.], 2012.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo, L&PM Pocket, 2006.

SANAHUJA, José Antonio. **Del “regionalismo abierto” al “regionalismo post-liberal”. Crisis y cambio en la integración regional en América Latina**. In: ALFONSO, Laneydi Martínez; PEÑA, Lázaro; VAZQUEZ, Mariana. (Org.). Anuario de la Integración Regional

de América Latina y el Gran Caribe. n° 7, año 2008-2009. Disponível em: <<http://www.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2009/02450.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2013.

SANTOS, Theotonio. **Economia mundial, integração regional e desenvolvimento sustentável**: as novas tendências da economia mundial e a integração latinoamericana. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1993.

SARTI, Ingrid. **A arquitetura política e os desafios da institucionalidade na integração Sul-americana**. In: CERQUEIRA FILHO, Gisálio (Org.). Sulamérica, comunidade Imaginada. Emancipação e integração. XI Congresso Internacional do FoMerco. Niterói : EdUFF, 2011, pp. 177-192.

SERBIN, Andrés. **Hugo Chávez: liderança e polarização**. AYERBE, Luis Fernando (Org.) Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul. São Paulo: Editora UNESP, Programa Santiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UNESP, UNICAMP e PUC-SP, 2008.

_____. **Regionalismo y soberanía nacional en América Latina**: los nuevos desafíos. Proyecto Nueva Sociedad. Buenos Aires, 2010.

_____. **Chávez, Venezuela y la reconfiguración política de América y el Caribe**. Buenos Aires: Siglo XXI Editora Iberoamericana, 2011.

_____; MARTÍNEZ, Laneydi; RAMANZINI Jr., Haroldo (Org.) **El regionalismo "post-liberal" en América Latina y el Caribe**: nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos. Anuário de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2012. n° 9, año 2012.

SOUZA, Ailton de. **América Latina, conceito e identidade**: algumas reflexões da história. In: PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. Macapá, n. 4, p; 29-39, dez. 2011.

STRUCTURE AND FUNCTIONING ALBA-TCP. Disponível em <www.alba-tcp.org/en/contenido/structure-and-functioning-alba-tcp> Acesso em 20. ago. 2013.

THERBORN, Göran. **Pós-neoliberalismo**. In: SADER, Emir. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

VILLA, Rafael Duarte. **Venezuela**: mudanças políticas na era Chávez. Estudos avançados 19 (55), 2005.